



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Campus de Marília

Bruno Moreira Silva

A gênese do capitalismo e as expropriações contemporâneas

Marília

2025

Bruno Moreira Silva

A gênese do capitalismo e as expropriações contemporâneas

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Conselho de Curso de ciências sociais,
da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade
Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, para
obtenção do título de Bacharel em ciências sociais.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Luiz Corsi

Marília

2025

586g	Silva, Bruno Moreira A gênese do capitalismo e as expropriações contemporâneas / Bruno Moreira Silva. -- Marília, 2025 82 p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília Orientador: Francisco Luiz Corsi 1. Acumulação primitiva. 2. Expropriação. 3. Capitalismo. 4. Gênese do capital. I. Título.
------	---

Bruno Moreira Silva

A gênese do capitalismo e as expropriações contemporâneas

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP - Campus de Marília, para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Francisco Luiz Corsi.

UNESP – Campus de Marília

Orientador

Prof. Dr. Agnaldo Dos Santos.

UNESP – Campus de Marília

Prof. Dr. Angélica Lovatto.

UNESP – Campus de Marília

Marília, 04 de dezembro de 2025.

RESUMO

Este trabalho se fundamenta na interpretação do conceito de acumulação primitiva como gênese do modo de produção capitalista. Este processo é entendido como o ponto de partida que desencadeou formas contemporâneas de expropriação. Os autores selecionados nesta pesquisa consideram tais expropriações como um fenômeno permanente e contínuo: em outras palavras, o capitalismo depende dessas práticas para sua manutenção e reprodução. Partindo dessa perspectiva, o estudo busca discutir diferentes interpretações sobre as formas contemporâneas de expropriação que, embora não correspondam à acumulação primitiva descrita por Marx no capítulo XXIV de *O Capital*, seguem a mesma lógica de reprodução no sistema capitalista.

Palavras-chave: acumulação primitiva; expropriação; capitalismo; gênese do capital; expropriações contemporâneas.

ABSTRACT

The study is based on the interpretation of the concept of primitive accumulation as the genesis of the capitalist mode of production. This process is understood as the starting point that triggered contemporary forms of expropriation. The authors examined in this research regard such expropriations as a permanent and continuous phenomenon; in other words, capitalism relies on these practices for its maintenance and reproduction. From this perspective, the study seeks to discuss different interpretations of contemporary forms of expropriation which, although not identical to the primitive accumulation described by Marx in Chapter XXIV of *Capital*, follow the same logic of capitalist reproduction.

Keywords: primitive accumulation; expropriation; genesis of the capital; contemporary expropriations.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. APONTAMENTOS SOBRE A ASSIM CHAMADA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA ENQUANTO GÊNESE DO CAPITAL.	12
2.1. Gênese do capital, momento do capitalismo clássico	12
2.2. Características da acumulação primitiva enquanto processo continuado e as especificidades da Inglaterra.....	17
2.3. Considerações a respeito da transição para o capitalismo industrial.	24
2.4. Considerações sobre a colonização, dívida pública, protecionismo e a tendência histórica da acumulação primitiva.	27
3. A EXPROPRIAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NA RÚSSIA.....	36
3.1. Apontamentos sobre a crítica de Lenin aos populistas	36
3.2. A desintegração do campesinato na Rússia.	41
3.3. Observações sobre a via prussiana em Lenin.....	47
3.4. Breves considerações a respeito do desenvolvimento desigual e combinado em Trotsky.	51
4. COMENTÁRIOS A RESPEITO DE DIFERENTES INTERPRETAÇÕES DAS FORMAS CONTEMPORÂNEAS DE EXPROPRIAÇÃO	55
4.1. Breves considerações sobre Rosdolsky e Rosa Luxemburgo	55
4.2. As contribuições de Harvey e Virginia Fontes.	57
4.3. Interpretações de Chico de Oliveira e Lúcio Kowarick.....	67
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
6. REFERÊNCIAS	80

1. INTRODUÇÃO

A seguinte pesquisa, situada no âmbito das ciências sociais, é desenvolvida com base em textos marxianos e marxistas, sustentada pela dialética desenvolvida por Karl Marx, que possui como pontos centrais o movimento constante da realidade, o teor histórico, a totalidade e as contradições. O movimento realizado no pensamento dialético estruturado por Marx busca a reflexão e análise da forma social mediante as contradições da realidade, a partir disso, é necessário compreender a realidade enquanto movimento contraditório e não como algo fixo que não se transforma e está finalizado.

Em um trecho do posfácio do primeiro livro de *O Capital*, Marx explica a diferença entre seu pensamento dialético e o estruturado por Hegel

[...] Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem. (MARX, 2013, p.129).

A dialética em Hegel é sustentada pela ideia de que se todos os seres e coisas que existem são diversos entre si e particulares é em razão de os seres e coisas do mundo estarem situados em um movimento perpétuo, esse movimento gera embate entre os seres e a transformação deles em algo que ainda não são. A substância primordial na dialética hegeliana é o pensar enquanto idealização, na concepção de Marx a dialética está vinculada a ação dos sujeitos, mais especificamente a atividade humana que é capaz de transfigurar a si mesma e ultrapassar seus limites através da habilidade intencionista, em outras palavras, é atividade que consegue transformar o ser humano e a realidade em que ele age ao mesmo tempo de forma bilateral mediante as contradições provenientes do movimento dialético.

Ademais, no posfácio de *O Capital*, Marx prossegue argumentando a respeito da concepção de dialética e seu constante movimento:

Em sua configuração racional, ela (a dialética) constitui um escândalo e um horror para a burguesia e seus porta-vozes doutrinários, uma vez que, na inteligência positiva do existente, inclui, ao mesmo tempo, a inteligência de sua negação, de seu necessário perecimento. Além disso, apreende toda forma desenvolvida no fluxo do movimento, portanto, incluindo o seu lado transitório; porque não se deixa intimidar por nada e é, por essência, crítica e revolucionária. (MARX, 2013, p.130).

Aquilo que Marx destaca enquanto “existente” nesse trecho é estabelecido simultaneamente no reconhecimento, na negação e na sua própria destruição, ou seja, o “existente” está em posição de algo transitório que pertence ao movimento constante e transformador. Dessa forma, nada é permanente, não há princípios, categorias, formas sociais

que sejam eternas e imutáveis, aquilo que existe no âmbito da vida humana e social prevalece em transformação mediante a qualidade de se movimentar ao longo da história.

A história é um fator substancial para o método marxiano, na chamada “introdução” à crítica da economia política Marx salienta no Grundrisse que:

[...] as próprias categorias mais abstratas, apesar de sua validade para todas as épocas – justamente por causa de sua abstração –, na determinabilidade dessa própria abstração, são igualmente produto de relações históricas e têm sua plena validade só para essas relações e no interior delas. (MARX, p.83/84. 2011)

No trecho acima, Marx demonstra a importância dos fatores históricos visto que são eles que traçam os limites nos âmbitos materiais e racionais que compreendem a existência humana e as elaborações de caráter abstrato, portanto as representações mentais, conceitos e ideias estão vinculadas ao momento histórico no qual estão inseridos, são as condições históricas que validam essas representações e as limitam ao mesmo tempo. Não é possível analisar um determinado período histórico com base em um pensamento idealizado, a realidade em que os seres humanos estão inseridos só pode ser explicada mediante as contradições e os embates que ocorrem na vida em sociedade, ou seja, as relações sociais concretas, portanto as investigações por meio da dialética marxiana estão atreladas as contradições internas de uma dada forma social, no caso a sociedade capitalista.

O desenvolvimento do trabalho é estruturado pela linha de pensamento marxista que compreende a concepção de acumulação primitiva elaborada por Marx como um processo permanente, visto que a lógica capitalista está vinculada as expropriações. Essas expropriações são caracterizadas por um determinado contexto histórico e pelas especificidades nacionais, dessa forma a *chamada acumulação primitiva* destacada por Marx no capítulo XXIV de *O Capital* é um processo estrutural do capitalismo, mas específico da Inglaterra e do contexto de transição entre o final do feudalismo e a formação do modo de produção capitalista, por essa razão Marx estuda não todos os processos históricos vinculados a Inglaterra, mas apenas aqueles que são importantes para a análise da gênese do capital.

Minha pesquisa trata a acumulação primitiva descrita por Marx no capítulo XXIV de *O Capital* enquanto gênese do modo de produção capitalista e abertura para o desenvolvimento das expropriações contemporâneas que existem no presente, essas novas formas atuam como um fenômeno contínuo e permanente visto que o capital necessita produzir e reproduzir ao longo da história mecanismos de expropriações para se sustentar e existir. A partir das obras de Marx, sobretudo o capítulo XXIV de *O Capital*, procuro discutir a análise de Marx sobre a gênese do capital, Marx estuda esse fenômeno em razão de ser o marco da transição entre feudalismo e capitalismo na Europa ocidental, sobretudo na Inglaterra que combinava as

condições necessárias e especificidades nacionais para a realização desse processo. A respeito da relação entre o avanço do capitalismo pelo mundo após a acumulação primitiva clássica e as especificidades nacionais, é importante ressaltar alguns escritos de Marx em relação a Rússia, Anderson em sua obra *Marx nas margens* (2016) destaca que o filósofo e líder popular russo Nikolai Mikhailovski, publicou na revista *Otechestvennye Zapiski* um artigo em defesa de Marx aos ataques de Iúli Jukóvski, um apoiador ao liberalismo, entretanto no artigo, Mikhailovski considerou que Marx elaborou uma teoria da história humana, a partir disso o desenvolvimento das diferentes sociedades apenas seria possível seguindo os mesmos passos históricos da Inglaterra, visando o capitalismo. Marx responde que não propôs estruturar o futuro das sociedades não ocidentais, incluindo a russa em *O Capital*, o autor afirma que o capítulo XXIV de *O Capital* expõe o caminho histórico percorrido para a formação do capitalismo na Europa ocidental a partir da ruína da forma social feudal, sobretudo na Inglaterra, sendo assim, a forma de acumulação primitiva, analisadas por Marx em *O Capital*, não aconteceria da mesma maneira em países não ocidentais, em razão das especificidades dessas nações como, por exemplo, não estarem inseridas na forma social feudal predominante no ocidente europeu, fato substancial para a análise marxiana da acumulação primitiva em terras britânicas.

No capítulo seguinte procurei discutir as relações entre processos de expropriação e o desenvolvimento do capitalismo na Rússia com base em Lenin e um breve comentário sobre a proposta do desenvolvimento desigual e combinado em Trotsky. Os aspectos analisados por Lenin são substanciais para compreender que as especificidades nacionais e o período histórico retratado por ele estão umbilicalmente conectadas a maneira em que o capitalismo avançou sobre a Rússia antes das revoluções de 1917.

No terceiro capítulo, procuro expor brevemente algumas interpretações a respeito das formas de expropriação contemporâneas, com base na obra *A acumulação do capital* (2024) de Rosa Luxemburgo, que serviu como base para David Harvey estruturar o conceito de acumulação por espoliação em *O novo imperialismo* (2005), em paralelo busquei discutir a análise de Virginia Fontes e sua crítica a Harvey em *O Brasil e o capital – imperialismo* (2010). Esse capítulo traz para a discussão Chico de Oliveira em *Crítica da razão dualista: o ornitorrinco* que contribui com estudos sobre as especificidades da formação do meio social brasileiro e Lúcio Kowarick em *A espoliação urbana* analisa formas de expropriação no meio urbano de São Paulo na década de 70 do século XX, a análise de Kowarick é semelhante em alguns pontos com o estudo de Harvey sobre a acumulação por espoliação.

Por fim, estou ciente que a discussão em torno da acumulação primitiva e as formas de expropriações contemporâneas abrange muitos outros autores e trabalhos com diferentes

interpretações, mas em razão do caráter restrito no qual se encontra o trabalho de conclusão de curso e seguindo a linha interpretativa das expropriações contemporâneas enquanto processo contínuo e permanente vinculado com a acumulação primitiva o levantamento bibliográfico foi realizado a partir dos autores citados e alguns comentadores, além disso ressalto que a pesquisa não se trata de uma análise historiográfica, mas sim de uma discussão a respeito dos problemas atrelados a acumulação primitiva e sua relação com as expropriações contemporâneas que seguem a lógica capitalista.

2. APONTAMENTOS SOBRE A ASSIM CHAMADA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA ENQUANTO GÊNESE DO CAPITAL.

2.1. Gênese do capital, momento do capitalismo clássico

Marx inicia o capítulo XXIV de *O Capital*, a assim chamada *acumulação primitiva* destacando o pensamento de economistas clássicos como Adam Smith que defendem a origem do capitalismo como resultado de uma acumulação oriunda de uma parcela da população que se pôs a trabalhar mais do que o restante. Essa parcela é caracterizada pelo trabalho, inteligência e a parcimônia e essas características sustentaram as bases para a origem da sociedade capitalista mediante a acumulação de riquezas, em contrapartida aqueles que não dispunham dessas características não possuem nada no modo de produção capitalista a não ser a própria capacidade de trabalhar que é colocada à venda. No pensamento de Adam Smith existe a categoria de acumulação previa (*previous accumulation*) que estrutura a teoria da economia política vulgar criticada e combatida por Marx, Segundo Smith “Assim como a acumulação prévia de capital é necessária para se efetuar esse grande aprimoramento das forças produtivas do trabalho, da mesma forma ela conduz naturalmente a esse aprimoramento” (SMITH, 1996, p.286). Dessa forma, Smith compreende que todos os processos que estão vinculados a forma social do capital pressupõem a teoria da acumulação previa.

A realidade se apresenta de uma forma completamente diferente do pensamento dos economistas políticos clássicos, segundo Marx, a assim chamada *acumulação primitiva* do capital não é caracterizada por uma parte da população laboriosa e parcimoniosa e sim pela conquista e subjugação. Marx expõe que a acumulação primitiva descrita pelos pensadores burgueses como Adam Smith não existe, o que existe é uma relação histórica entre a terra, o camponês e o capital que trazem em sua essência o problema da propriedade privada dos meios de produção, dessa maneira a investigação de Marx propõe que a forma de produção capitalista é consequência de um processo histórico no qual admite-se uma acumulação precedente ao capitalismo, mas não a defendida pela economia política burguesa e sim uma acumulação que é sinônimo de dissociação, o que Marx busca no capítulo XXIV de *O Capital* é desmistificar o conceito de acumulação primitiva pensada e difundida pelos economistas clássicos associados ao pensamento da burguesa. Marx compreende que não há um caráter idílico no processo da *assim chamada acumulação primitiva* como é defendido pela economia clássica, ademais é importante ressaltar que a acumulação primitiva enquanto conceito sustentado pela economia burguesa não esclarece a expropriação, a razão da separação entre trabalhadores e meios de produção, o fato de consumir aquilo que se produz não faz com que os trabalhadores percam

seus meios de produção. É preciso que esses meios sejam tirados a força de suas mãos, o que gera a forma social capitalista não é em essência uma acumulação e sim uma expropriação. Marx demonstra que a interpretação burguesa sustenta que em um dado momento histórico, determinados sujeitos que pouparam e ampliaram suas riquezas e posteriormente foram capazes de oferecer trabalho mediante uma quantia (salário) para aqueles que não conseguiram acumular o necessário para a própria sobrevivência, esconde a essência do processo de formação do capitalismo, não é uma forma de acumulação primitiva de riquezas que determinou as bases do capital e sim ao contrário, uma separação, uma expropriação violenta entre o trabalhador e seus meios necessários para produzir sua subsistência.

A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção (MARX, 2013, p. 961).

A história se apresenta enquanto base substancial no pensamento de Marx visto que para analisar de maneira interna as relações socioeconômicas do capitalismo é necessário o estudo do processo histórico que expropriou a massa populacional dos meios de produzir sua própria subsistência. O autor alemão concentra seus esforços no capítulo XXIV na análise dos acontecimentos dentro do território britânico visto que foi o berço da forma social capitalista na Europa ocidental. Dessa forma, Marx tem enquanto objetivo compreender a gênese do modo de produção capitalista, os aspectos históricos concretos estudados por ele a respeito da Inglaterra para a formulação dos escritos do capítulo XXIV apenas o interessam caso estejam vinculados com a gênese da forma social capitalista. Os pontos da sociedade britânica que não dizem respeito a esse processo não são substanciais para o capítulo XXIV, no entanto é fundamental compreender gênese não como o princípio do movimento do capital e suas articulações, mas sim enquanto o processo histórico vinculado a expropriação dos então produtores diretos, tal processo responsável pela formação do modo de produção capitalista. Além disso, como sabemos, a Inglaterra é a nação que configurou as condições ideais para a gênese do capital, mas tal processo não está restrito a ela, vai para além de suas fronteiras, visto que adventos como o colonialismo estão diretamente associados a gênese do capitalismo. Segundo os escritos de Marx no *Grundrisse*:

Enquanto o capital é fraco, ele próprio procura ainda apoiar-se nas muletas dos modos de produção do passado ou que estão desaparecendo com o seu surgimento.

Tão logo ele se sente forte, joga as muletas fora e se movimenta de acordo com as suas próprias leis. (MARX, p.873, 2011).

Na passagem acima, percebemos que o surgimento do capital mediante a expropriação de parte da massa de produtores diretos não permite ao modo de produção capitalista existir de forma absoluta, visto que ainda não houve a expropriação generalizada da população. Esse fato faz com o capitalismo ainda se articule com outros modos de produção, no entanto uma vez que sua força vinda da expropriação generalizada seja suficiente, o capital se sobrepõe aos antigos modos de produção que no passado foram seu apoio. O objeto estudado, analisado e investigado por Marx não é oriundo apenas da gênese do modo de produção capitalista em uma determinada nação, mas sim da gênese dessa forma de produção enquanto forma histórica das articulações que envolvem sua formação.

A partir do último parágrafo podemos pensar que a acumulação primitiva não foi um processo histórico necessário, no sentido que as demais nações não necessariamente deveriam seguir o mesmo trajeto percorrido na Inglaterra e na Europa ocidental. Na Rússia, durante o século XIX, alguns pensadores, leitores de Marx, por exemplo, Michailovski, compreenderam ao ler o capítulo XXIV de *O Capital* que seria preciso seguir os acontecimentos britânicos, ou seja, ocorrer os advenços da acumulação primitiva da mesma maneira no território russo visto que na Rússia havia muitos produtores ainda vinculados às suas terras. Não estavam absolutamente livres como na Inglaterra, dessa forma para esses pensadores, a partir da acumulação primitiva seria possível desenvolver o modo de produção capitalista na Rússia para depois pensar em sua superação. Kevin Anderson (2016) destaca em sua obra *Marx nas margens* que Michailovski ao tentar defender Marx dos ataques do liberal Iúli Jukóvski afirma que o autor alemão estruturou uma teoria da história humana no capítulo XXIV de *O Capital*, sendo assim seria necessário que a Rússia seguisse os mesmos passos da Europa ocidental, sobretudo da Inglaterra, entretanto tal interpretação de Michailovski está equivocada já que o capitalismo após sua origem e com força suficiente mediante a ampla expropriação larga suas antigas sustentações ou seja, as relações com as formas de produção antigas e busca expandir sua influência de maneira global, assim as articulações do processo histórico no mundo já estão na esfera da determinação do capital originado anteriormente.

Nas palavras de Marx em resposta a Michailovski segundo a obra *Lutas de classe na Rússia* (Marx, p.76, 2013.) “o capítulo sobre a acumulação primitiva visa exclusivamente traçar a rota pela qual, na Europa ocidental, a ordem econômica capitalista saiu das entranhas da ordem econômica feudal” tal passagem demonstra o objetivo de Marx em analisar a gênese do capital, mais adiante Marx prossegue:

Ele (Michailovski) ainda tem necessidade de metamorfosear totalmente o meu esquema histórico da gênese do capitalismo na Europa ocidental em uma teoria histórico-filosófica do curso geral fatalmente imposto a todos os povos independentemente das circunstâncias históricas nas quais eles se encontrem, para acabar chegando à formação econômica que assegura, com o maior impulso possível das forças produtivas do trabalho social, o desenvolvimento mais integral possível de cada produtor individual. (MARX, p. 78-79, 2013).

A interpretação de Michailovski considerou o esquema histórico da gênese do capitalismo na Europa ocidental realizado por Marx enquanto algo universal e válido para todos os locais do planeta independente das especificidades históricas das diversas formações sociais ocorridas ao redor do mundo em diferentes períodos históricos.

Quando se estuda cada uma dessas evoluções a parte, comparando-as em seguida, pode-se encontrar facilmente a chave desse fenômeno. Contudo jamais se chegará a isso tendo como chave mestra uma teoria histórico-filosófica geral, cuja virtude suprema consiste em ser supra-histórica. (MARX, p.78-79, 2013).

O pensamento de Marx está na contramão da interpretação de Michailovski, visto que ele jamais elaborou uma teoria universal para estruturar seus estudos a respeito da gênese do modo de produção capitalista exposto no capítulo XXIV de *O capital*, além disso demonstra que as especificidades históricas de diferentes épocas são substanciais para a compreensão da origem de uma determinada forma social, a gênese do capitalismo não está vinculada a uma suposta teoria geral da história, ela advém de processos, articulações e condições históricas favoráveis para o seu surgimento que culminou na Inglaterra enquanto país propício ao avanço clássico do capital. Ainda em resposta a Michailovski, sobre as particularidades históricas para o surgimento de determinado modo de produção, Marx esclarece:

Em diferentes pontos de *O Capital* fiz alusão ao destino que tiveram os plebeus da antiga Roma. Eles eram originalmente camponeses livres que cultivavam, cada qual pela própria conta, suas referidas parcelas, no decurso da história romana acabaram expropriados. O mesmo movimento que os separa de seus meios de produção e subsistência implica não somente a formação da grande propriedade fundiária, mas também a formação dos grandes capitais monetários. Assim sendo, numa bela manhã (eis aí), de um lado homens livres, desprovidos de tudo menos de sua força de trabalho, e do outro, para explorar o trabalho daqueles, os detentores de todas as riquezas adquiridas. O que aconteceu? Os proletários romanos não se converteram em trabalhadores assalariados, mas numa “*mob* [turba]” desocupada, ainda mais abjetos do que os assim chamados “*poor whites* [pobres brancos]” dos estados sulistas dos Estados Unidos, e ao lado deles se desenvolve um modo de produção que não é capitalista, mas escravagista. Portanto, acontecimentos de uma analogia que salta aos olhos, mas que se passam em ambientes históricos diferentes, levando a resultados totalmente díspares. (MARX, p.78. 2013).

Apesar do modo de produção capitalista pressupor a expropriação para que seja possível sua existência esse fato de forma isolada não garante a formação do capitalismo, visto que além da expropriação é necessário que a parcela responsável pela expropriação empregue os expropriados, apenas por meio desse movimento que as condições para a forma capitalista

emergir são estabelecidas. O exemplo de Marx a respeito da sociedade antiga de Roma demonstra que esse movimento não está vinculado a uma teoria histórico-filosófica universal, já que houve uma expropriação naquela sociedade, mas o trabalho assalariado não foi generalizado, sendo que sem o desenvolvimento do trabalho assalariado não há capital. O desenvolvimento do capitalismo em Marx não foi uma etapa necessária para a humanidade, no entanto uma vez que tenha ocorrido é preciso analisar as bases históricas do passado atreladas a sua origem ou seja, estudar a gênese desse modo de produção.

A partir disso, no pensamento marxiano o dinheiro e a mercadoria são historicamente transformados em capital, entretanto para que isso se realize é necessário um complexo de circunstâncias que propiciam a origem do capital, sendo assim, é preciso que haja dois tipos diferentes de possuidores de mercadorias para se confrontarem no mercado, o primeiro o possuidor dos meios de produção, do dinheiro e dos meios de subsistência, aqueles que procuram de maneira incessante a valorização do valor mediante a compra e a realização da força de trabalho, já o segundo, os vendedores da capacidade de trabalhar, ou seja, de sua força de trabalho, são trabalhadores livres em toda amplitude da palavra, em razão de não pertencerem aos meios de produção enquanto escravizados, é preciso destacar que em formas sociais escravagistas, apesar de os escravizados estarem presos ao senhor de escravos e pertencerem aos meios de produção recebem do senhor de escravos mesmo de maneira degradante o mínimo para sua sobrevivência.

A principal mudança que ocorre na expropriação é a respeito dos servos, base da antiga sociedade feudal, agora não há mais o vínculo absoluto entre os trabalhadores e as terras, na forma social feudal o camponês está destinado a terra, preso a ela e suas gerações posteriores continuavam este vínculo vitalício de maneira mais prolongada ainda, terras essas que pertencem ao senhor feudal, o camponês é parte direta dos meios de produção, já os trabalhadores livres em todos os sentidos não possuem nenhuma terra e nem meios de produção para produzir o necessário para suas vidas como alimentos, vestes, moradia, etc. Ademais não são parte direta desses meios, a população expropriada está separada das condições de produzir suas necessidades. A origem da forma social capitalista está vinculada de acordo com o pensamento de Marx com as estruturas sociais e econômicas da antiga sociedade feudal uma vez que a ruína das estruturas do modo de produção feudal propiciou as condições para a formação do capitalismo. O trabalhador apenas é possuidor de si mesmo ou de sua capacidade de trabalhar no instante em que já não está mais preso pelas amarras que estruturavam a sociedade feudal, uma vez que a servidão e a vassalagem ruíram, abrem-se as portas para que os trabalhadores livres surjam de maneira massiva.

Marx afirma que o processo histórico relacionado a dissolução da sociedade feudal e o surgimento do trabalhador assalariado aparenta libertar essa massa de trabalhadores da servidão e das corporações feudais, entretanto para serem trabalhadores assalariados é necessário que inicialmente haja a usurpação dos meios de produção, das terras comunais camponesas que são apropriadas enquanto propriedade privada, dessa forma as novas configurações do trabalho são estabelecidas mediante a violência e a expropriação. Para que o trabalhador seja vendedor de si mesmo ele não pode possuir mais nada além de sua própria força de trabalho, em *as teorias da mais-valia*, o autor ressalta que “A acumulação primitiva, portanto, conforme expus, é apenas a circunstância de se dissociarem do trabalho e do trabalhador as condições, de trabalho, como forças autônomas que os enfrentam.” (Marx, 1985, p. 1320). O segredo da acumulação primitiva, inclusive nome do primeiro ícone do capítulo XXIV de *O Capital*, de acordo com Marx nada mais é que a dissociação, separação completa entre trabalhadores e suas condições de realizar trabalhos o que proporcionou em uma grande massa de “desocupados” a serem empregados.

O processo que desenvolveu as raízes do capital e o surgimento do trabalhador assalariado e do capitalista possui enquanto gênese a subjugação do trabalhador, Marx destaca que posteriormente ocorre uma grande mudança na estrutura dessa subjugação composta pela transformação da exploração feudal em exploração capitalista.

2.2. Características da acumulação primitiva enquanto processo continuado e as especificidades da Inglaterra.

O trabalho proposto parte da interpretação da acumulação primitiva permanente e continuada, dessa forma enquanto houver capitalismo haverá formas de expropriações, como citado anteriormente, a maneira como se apresentam essas expropriações e seus estágios são distintos, dependendo do momento histórico, das especificidades nacionais espalhadas ao redor do mundo, apesar disso essas expropriações estão vinculadas pela lógica do modo de produção capitalista.

No capítulo XXIV de *O Capital*, Marx analisa o processo de expropriação da *assim chamada acumulação primitiva* na Inglaterra, em sua forma clássica, mas é possível interpretar a partir de seus escritos, que tal acontecimento está para além de sua forma clássica em razão dos estudos do autor estar vinculado com a gênese do modo de produção capitalista, relembro que os acontecimentos históricos britânicos que não se articulam com esse processo não são substanciais na análise de Marx.

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra, e por isso tomamos esse país como exemplo, tal expropriação se apresenta em sua forma clássica. (MARX, 2013, p.963).

A partir desse trecho, Marx demonstra que o processo da acumulação primitiva investigada no capítulo XXIV possui como base a expropriação do camponês e os adventos das especificidades do território britânico segundo as palavras do próprio autor “Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas” (MARX, 2013, p. 963). Desse modo, a compreensão das tonalidades distintas e das épocas históricas está associada com os processos históricos da formação social e especificidades de uma dada sociedade. Além dos adventos que dizem respeito a origem, a expansão e a reprodução do capitalismo enquanto um complexo universal articulado. *A assim chamada acumulação primitiva* não é um evento único e isolado no tempo e sim uma ferramenta substancial para a existência e a reprodução da forma capitalista.

A respeito da estrutura do capitalismo, o período entre a transição entre o feudalismo e a sociedade burguesa advém entre o século XV e XVI:

O prelúdio da revolução que criou as bases do modo de produção capitalista ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. Uma massa de proletários absolutamente livres foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais (...). (MARX, 2013, p.965).

Marx analisa que os grandes senhores feudais do território britânico contribuíram de modo substancial para a criação da massa de proletariados ao expulsar camponeses de terras comunais, ademais, apropriaram-se dessas terras projetando o desenvolvimento da manufatura de lã. Durante o século XVI, a reforma protestante se destaca no processo de expropriação mediante o roubo das terras pertencentes a igreja católica, que na sociedade feudal era a grande proprietária de terras, com a reforma e a usurpação dessas terras, outra grande massa de camponeses foi jogada ao léu. É necessário destacar que o desenvolvimento do capitalismo em países pioneiros como Inglaterra e Holanda foi fomentado em razão das consequências dessa reforma.

No século XVII com a restauração dos Stuarts, Marx destaca que a expropriação de terras foi instituída legalmente:

Sob a restauração dos Stuarts, os proprietários fundiários instituíram legalmente uma usurpação, que em todo o continente também foi realizada sem

formalidades legais. Eles aboliram o regime feudal da propriedade da terra, isto é, liberaram esta última de seus encargos estatais, “indenizaram” o Estado por meio de impostos sobre os camponeses e o restante da massa do povo, reivindicaram a moderna propriedade privada de bens, sobre os quais só possuíam títulos feudais, e, por fim, outorgaram essas leis de assentamento (laws of settlement) (MARX, 2013, p.970).

Dentro do processo de expropriação das terras feudais, há a transformação do sistema de arrendamento vitalício da terra em arrendamento temporário, agora os servos que antes possuíam vínculo permanente e hereditário com as terras do senhor, são separados, agora não fazem parte direta como meio de produção e são expulsos dos domínios. Outra parte da população que sofreu expropriação legitimada pelo estado foram os chamados “trabalhadores jornaleiros” (cottages) que trabalham mediante jornadas de trabalho, algo semelhante ao trabalhador assalariado, no entanto se diferencia pelo fato desses trabalhadores exercerem suas tarefas nas terras de um senhor feudal, os jornaleiros também estão vinculados as terras feudais, já a massa de trabalhadores do modo de produção capitalista não está presa a um determinado empregador de maneira vitalícia e nem possui garantias de subsistência mínima, são trabalhadores livres em todos os sentidos possíveis.

A revolução gloriosa também é caracterizada como um acontecimento fundamental para a gênese do modo de produção capitalista, houve nesse período a usurpação de terras estatais em grande proporção sendo vendidas a preços baixos, presenteadas ou anexadas diretamente pelos representantes do capital fundiário. Marx ressalta que as terras estatais e da Igreja Católica, usurpadas nos adventos da Revolução Gloriosa e da reforma protestante, constituem grande parte dos domínios da oligarquia britânica do século XIX. Além disso, esses métodos de expropriação vinculados a acumulação primitiva favoreceram a agricultura praticada no modo de produção capitalista, uma vez que as terras foram acopladas ao capital e o proletariado expulso de suas antigas terras, proporcionando uma enorme massa de trabalhadores para as indústrias presentes no espaço urbano.

Apesar de a expropriação de terras comunais associadas a acumulação primitiva e as transformações das terras comunais em pastagens e lavouras serem oriundas do final do século XV até meados do século XVI, é durante o século XVIII que a expropriação é estruturada por leis.

A forma parlamentar do roubo é a das “Bills for Inclosures of Commons” (leis para o cercamento da terra comunal), decretos de expropriação do povo, isto é, decretos mediante os quais os proprietários fundiários presenteiam a si mesmos, como propriedade privada, com as terras do povo. (MARX, 2013, p.971).

Na antiga sociedade feudal havia um vínculo de dependência entre as pessoas de forma permanente e hereditária, além disso era perceptível essa relação de dependência sem a necessidade de nenhuma mediação, o título de nobreza expressa o direito de terras de um senhor feudal, já no modo de produção capitalista há a mediação do mercado, esse fato apenas se torna possível no instante em que os sujeitos do passado vinculados entre si pelas suas propriedades são separados.

As manufaturas presentes no meio urbano não tinham condições de absorver completamente a grande massa de proletariados expulsos de seus domínios, ademais Marx afirma que parte dessa população não conseguia se adaptar à nova imposição das cidades, essa população foi transformada em mendigos, assaltantes e pessoas sem nenhum ofício, a grande parte seguiu essa forma de viver em razão das circunstâncias estabelecidas pela expropriação e a expulsão de suas terras.

Marx analisa que esse fato explica não apenas na Inglaterra, mas em toda a Europa ocidental a origem no final do século XV e na extensão do XVI das chamadas leis contra a vagabundagem sob os regimes de muitos governantes como Henrique VIII, Elizabeth I, Jaime I, etc. essa legislação estruturada durante dois séculos, tinha enquanto fim apenas o caráter punitivo, eram ferramentas usadas para moldar a classe trabalhadora em formação visto que as mudanças na estrutura da sociedade não foram simplesmente aceitas e reproduzidas de um dia para o outro, através da força e da imposição dessas leis o trabalho assalariado foi consolidado.

Os pais da atual classe trabalhadora foram inicialmente castigados por sua metamorfose, que lhes fora imposta, em vagabundos e paupers. A legislação os tratava como delinquentes “voluntários” e supunha depender de sua boa vontade que eles continuassem a trabalhar sob as velhas condições, já inexistente. (MARX, p.980, 2013).

Importante destacar que em certos momentos as leis chegavam a instaurar a execução de sujeitos pelo fato de não se enquadrarem no regime de trabalho assalariado, outro extremo dessas leis ocorreu com Eduardo VI em 1547 que legitimou a escravização dos sujeitos que se recusarem a trabalhar.

Eduardo VI: um estatuto do primeiro ano de seu reinado, 1547, estabelece que quem se recusar a trabalhar deverá ser condenado a se tornar escravo daquele que o denunciou como vadio. O amo deve alimentar seu escravo com pão e água, caldos fracos e os restos de carne que lhe pareçam convenientes. Ele tem o direito de forçá-lo a qualquer trabalho, mesmo o mais repugnante, por meio de açoites e agrilhoamento. (MARX, p. 981, 2011).

Uma vez expulsos de seus domínios, a então população rural livre em todos os sentidos possíveis, foi obrigada mediante a violência instaurada em leis adequar-se as condições necessárias do trabalho assalariado.

Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro como pessoas que não têm nada para vender, a não ser sua força de trabalho. Tampouco basta obrigá-las a se venderem voluntariamente. No evoluir da produção capitalista desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas. A organização do processo capitalista de produção desenvolvido quebra toda a resistência; a constante geração de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da demanda de trabalho, e, portanto, o salário, nos trilhos convenientes às necessidades de valorização do capital; a coerção muda exercida pelas relações econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador. (MARX, 2013, p.983).

As atrocidades instauradas mediante essas leis e a coerção ideológica abrangeram diversos países da Europa ocidental como Escócia, França, Irlanda e principalmente a Inglaterra, o trecho acima demonstra que não eram concepções que sempre existiram na história humana, mas leis que com o passar dos anos moldaram a população, os trabalhadores começaram a interpretar o trabalho assalariado enquanto algo natural, mas essa normalização veio pela subjugação violenta de seus antepassados, que primeiro foram expropriados de suas condições de produzir sua própria existência, depois o estado desenvolveu brutalmente uma legislação para consolidar a generalização do trabalho assalariado, não houve e nem poderia haver uma suposta associação pacífica e voluntária entre capitalista e trabalhador.

Uma vez compreendido a origem do trabalhador assalariado pela expropriação, é preciso entender o outro lado, a gênese dos capitalistas. O capitalismo apesar de ser caracterizado em muitas ocasiões por aspectos do meio urbano como manufaturas e industrial é oriundo no campo e não nas cidades. Em bases históricas, as formas de sociedades que antecederam o capitalismo como por exemplo, a Grécia antiga, a sociedade romana, o feudalismo possuíam concentradas as suas relações sociais majoritariamente no campo além da grande massa da população. Em Grundrisse, Marx já tinha claro o papel das transformações das relações sociais no campo como aspecto fundamental para a origem da classe capitalista.

A história da propriedade fundiária que mostrasse a transformação progressiva do senhor feudal em rentista fundiário, do arrendatário vitalício por herança, semitributário e frequentemente privado de liberdade no moderno fazendeiro, e dos servos da gleba e do camponês sujeito a prestação de serviços no assalariado rural, seria de fato a história da formação do capital moderno. (MARX, p.309, 2013).

É a partir das relações sociais do feudalismo no meio rural em decadência que se origina a forma social capitalista, ou seja, a transformação dessas relações sociais ao longo dos séculos, como a expropriação das terras camponesas. O capitalismo não é uma transformação no âmbito técnico do trabalho, além disso é importante destacar que não é mediante o desenvolvimento

do comércio que se origina o modo de produção capitalista, e sim na mudança profunda das relações agrárias da forma social feudal, sobretudo durante a crise do feudalismo¹

[...] de onde se originam os capitalistas? Pois a expropriação da população rural, diretamente, cria apenas grandes proprietários fundiários. No que diz respeito à gênese do arrendatário, poderíamos, por assim dizer, tocá-la com a mão, pois se trata de um processo lento, que se arrasta por muitos séculos os próprios servos, e ao lado deles também pequenos proprietários livres, encontravam-se submetidos a relações de propriedade muito diferentes, razão pela qual também foram emancipados sob condições econômicas muito diferentes. (MARX, 2013, p.989).

A respeito dos arrendatários, especificamente na Inglaterra, Marx destaca que:

(...) A primeira forma de arrendatário é a do *bailiff*, (...). Durante a segunda metade do século XIV, ele é substituído por um arrendatário, a quem o *landlord* provê sementes, gado e instrumentos agrícolas. Sua situação não é muito distinta da do camponês. Ele apenas explora mais trabalho assalariado. Não tarda em se converter em *metayer* [meeiro], meio arrendatário. Ele investe uma parte do capital agrícola, o *landlord* a outra. Ambos repartem entre si o produto global em proporção determinada por contrato. Essa forma desaparece rapidamente na Inglaterra e dá lugar ao arrendatário propriamente dito, que valoriza seu capital próprio por meio do emprego de trabalhadores assalariados e paga ao *landlord*, como renda da terra, uma parte do mais-produto, em dinheiro ou in natura. (MARX, 2013, p.990.)

Adiante, no século XV, os arrendatários se beneficiaram da revolução agrícola que:

(...) enriqueceu o arrendatário com a mesma rapidez com que empobreceu a população rural. A usurpação das pastagens comunais etc. permite-lhe aumentar, quase sem custos, o número de suas cabeças de gado, ao mesmo tempo que o gado lhe fornece uma maior quantidade de adubo para o cultivo do solo. (MARX, 2013, p.990 – 991).

Por fim, no século XVI, houve alguns acontecimentos que mais uma vez alimentaram os lucros dos arrendatários, como a diminuição do salário e aumento do preço de produtos de subsistência:

(...) A contínua queda no valor dos metais nobres e, por conseguinte, do dinheiro, rendeu frutos de ouro ao arrendatário. Ela reduziu, abstraindo as demais circunstâncias anteriormente expostas, o nível do salário. Uma fração deste último foi incorporada ao lucro do arrendatário. O constante aumento dos preços do cereal, da lã, da carne, em suma, de todos os produtos agrícolas, inchou o capital monetário do arrendatário sem o concurso deste último, enquanto a renda da terra, que ele tinha de pagar, estava contratualmente fixada em valores monetários ultrapassados. Desse modo, ele se enriquecia, a um só tempo, à custa de seus trabalhadores assalariados e de seu *landlord*. Não é de admirar, pois, que a Inglaterra, no fim do século XVI, possuísse uma classe de “arrendatários capitalistas”, consideravelmente ricos para os padrões da época. (MARX, 2013, p.991).

¹ Não está no âmbito do trabalho tratar de forma aprofundada sobre o processo da crise do feudalismo, dois autores que discutem esse tema e constroem um debate em razão de suas interpretações são Dobb (1983) em *A evolução do capitalismo* e Sweezy (2008) na obra *A transição do feudalismo para o capitalismo*.

Mediante essas transformações nas relações sociais no meio rural, tornar-se possível a produção de bens manufaturados em larga escala, dessa maneira há o desenvolvimento do chamado mercado interno, uma vez que os trabalhadores estão expropriados e inseridos na forma de trabalho assalariado, o comércio emerge para sustentar as necessidades básicas de sobrevivência do trabalhador e assim reproduzir sua força de trabalho, nesse momento a produção não necessita mais abranger como prioridade tudo aquilo que era produzido pelos produtores originais, agora a prioridade é produzir o mínimo necessário para reprodução da força de trabalho. É interessante ficar atento ao fato de que a expropriação dos trabalhadores proporciona ao mesmo tempo uma massa de pessoas potencialmente compatível com a forma de trabalho assalariado e uma massa de pessoas que podem se tornar o conjunto de um grande mercado consumidor dos artigos produzidos no modo de produção capitalista. Com a dissociação dos produtores originais de seus meios de produção, incorporação do trabalho assalariado a esses expropriados e a transformação daquilo que produziam para reproduzir suas vidas em mercadorias estabelecem a dissociação entre o campo e a manufatura já que no passado havia manufaturas no meio rural para saciar as necessidades locais como artesões produtores de ferramentas necessárias para o plantio, o campo e a manufatura coexistiam em uma mesma esfera produtiva.

A partir dos roubos das terras da população rural, os alimentos utilizados até então pelos camponeses como meio de subsistência se transformam em parte componente do capital variável, agora o trabalhador mediante o salário adquire o valor de seus meios de subsistência, entre eles os alimentos que antes eram produzidos e consumidos por ele mesmo. O mesmo processo de liberação dos meios alimentares e assim sua conversão em capital variável ocasionados pela expropriação acontece segundo Marx com as matérias primas locais agrícolas da indústria que se tornam parte do capital constante, uma vez que o linho por exemplo, não é mais dividido entre os diversos pequenos produtores e não pertence mais ao cultivo familiar em pequenas dimensões, o capitalista tem condições de concentrar a produção em seu poder e põe a massa de trabalhadores para produzir para ele.

2.3. Considerações a respeito da transição para o capitalismo industrial.

A origem das grandes manufaturas na Inglaterra se deu pela expropriação de vários pequenos produtores independentes, é necessário destacar, como foi dito, que a expropriação de uma determinada parcela da população do campo não possibilita apenas uma grande massa de trabalhadores para o capital industrial, mas proporciona também a criação do mercado interno. Antes do processo de acumulação primitiva, os grupos familiares do meio rural produziam seus meios de subsistência e modificavam as matérias primas para seu próprio consumo, a forma mercadoria não era generalizada dentro das relações sociais, a diferença agora é que tanto as matérias primas como os meios de subsistência se tornaram mercadorias generalizadas, há a inversão de seus valores de uso em relação ao valor, os meios de subsistência e as matérias primas estão concentrados em um mercado abastecido por meio do capital industrial.

(...) a expropriação dos camponeses que antes cultivavam suas próprias terras e agora são apartados de seus meios de produção acompanha a destruição da indústria rural subsidiária, o processo de cisão entre manufatura e agricultura. E apenas a destruição da indústria doméstica rural pode dar ao mercado interno de um país a amplitude e a sólida consistência de que o modo de produção capitalista necessita. (MARX, 2013, p.995).

Marx destaca que o período da manufatura não levou a mudanças tão radicais, pois a manufatura não consegue segundo o autor dominar a produção nacional de forma associada, mas apenas fragmentada, além de sua base ser estruturada pelo artesanato urbano e a indústria doméstica:

(...) Recordemos que a manufatura só se apodera muito fragmentariamente da produção nacional e tem sempre como sua ampla base de sustentação o artesanato urbano e a indústria subsidiária doméstica e rural. Toda vez que a manufatura destrói essa indústria doméstica em uma de suas formas, em ramos particulares de negócio e em determinados pontos, ela provoca seu ressurgimento em outros, pois tem necessidade dela, até certo grau, para o processamento da matéria-prima. Ela produz, assim, uma nova classe de pequenos lavradores, que cultivam o solo como atividade subsidiária e exercem como negócio principal o trabalho industrial para a venda dos produtos à manufatura, diretamente ou por meio do comerciante. (MARX, 2013, p.995).

Dessa forma, a manufatura no último terço do século XV não é capaz de abranger o mercado interno em sua completude, Marx afirma que apenas a grande indústria é capaz disso, mediante a expropriação, a separação entre a agricultura e a indústria doméstica:

(...) A Inglaterra é predominantemente, ora cultivadora de trigo, ora criadora de gado, em períodos alternados, e com essas atividades varia o tamanho da empresa camponesa. Somente a grande indústria proporciona, com as máquinas, o fundamento constante da agricultura capitalista, expropria radicalmente a imensa maioria da população rural e consome a cisão entre a agricultura e a indústria doméstica rural,

cujas raízes— a fiação e a tecelagem— ela extirpa. Portanto, é só ela que conquista para o capital industrial todo o mercado interno. (MARX, 2013, p.996.).

O trabalhador gerado pela manufatura ainda tem em sua posse certo controle do processo de trabalho já que está vinculado diretamente ao desenvolvimento das ferramentas especializadas, entretanto está subordinado ao trabalho parcelado, por mais que as ferramentas utilizadas no âmbito da produção sofrem alterações, essas remodelagens ocorrem por causa dos adventos da divisão técnica e das especializações do processo de trabalho. A manufatura impõe limitações para o capital, a maneira em que as diversas tarefas são realizadas pelos trabalhadores estão subordinadas diretamente a habilidade e velocidade de cada um dos trabalhadores envolvidos, assim, na manufatura “as leis técnicas são reguladas e determinadas pelo elemento subjetivo do processo de trabalho.” (ALONSO, 2002, p.42.). Apesar de ainda possuir certo controle na realização do trabalho, já é possível perceber a separação entre o trabalhador e as ferramentas de trabalho que se caracterizam enquanto capital, entretanto essa separação ainda está no âmbito formal da produção pois os trabalhadores ainda têm sob seu comando os aspectos objetivos da produção.

A estreita base técnica da manufatura, que impede o controle do processo de trabalho pelo capital, com sua reduzida capacidade de incrementar a produtividade do trabalho tornará pretérita essa forma de organização da produção. (...) a manufatura vê-se ilhada em alguns ramos da produção, em meio ao artesanato e ao putting-out, que não somente sobrevivem a ela, como são permanentemente por ela recriados. Em síntese a manufatura apresenta duplo limite à dominação capitalista da produção, como resultado de sua base técnica inadequada: limita a valorização do capital e impede seu domínio sobre a produção em sua extensão. (ALONSO, 2002, p.44.).

Em comparação com o artesanato e o sistema de putting-out, a manufatura apresenta um desenvolvimento na organização do setor produtivo mediante a divisão do trabalho sustentada pela cooperação, os impactos de uma nova forma de cooperação originada pela divisão técnica do trabalho possibilitaram o parcelamento dos trabalhos e assim, a desqualificação dessas tarefas em relação o artesanato no qual uma única pessoa realizava todas as tarefas do processo produtivo, ademais o trabalho fragmentado exige o desenvolvimento de ferramentas especializadas para as diferentes tarefas impostas.

Com o aprofundamento da divisão técnica do trabalho, as condições para o avanço de formas do capital são alimentadas, dentro desse contexto, duas distintas formas de capital se fortaleceram na formação da sociedade capitalista, o primeiro, o capital comercial e o segundo, o capital usurário, é importante ressaltar que mesmo antes da transição para o modo de produção capitalista essas duas formas já existiam enquanto formas pré-capitalistas. Com base na perspectiva de Alonso (2002), o capital comercial em Marx se caracteriza enquanto algo

necessário para a formação do capital industrial uma vez que na forma social capitalista, a generalização da circulação mercantil faz parte de sua gênese, é importante ressaltar que durante o processo de formação do capitalismo, o momento de transição entre a sociedade feudal e a forma social do capital, o capital comercial é dominante em relação a esfera produtiva.

O capital comercial não é compatível com a economia baseada no sistema mercantil simples em razão desta última ser caracterizada pela realização de trocas pelo seu valor o que elimina a possibilidade de obter lucros a partir delas, entretanto Alonso (2003) destaca que quando as mercadorias são generalizadas no âmbito da produção, já são produtos do capital, desta forma como o impacto do próprio capital comercial é a generalização da circulação mercantil, é possível perceber a relação de importância desse capital para o avanço do capital industrial.

Enquanto forma totalmente pré-capitalista, o capital usurário não depende que em uma dada sociedade a produção seja do domínio capitalista, ademais dentro de seu processo não se destaca a relação entre diferentes capitalistas, o dinheiro nessa relação é utilizado enquanto meio de troca e pagamento, não cumpre a função de capital, no entanto os juros recebidos propiciam a utilização do dinheiro enquanto capital, o dinheiro passa a ser uma forma de se apropriar do excedente vindo do trabalho. Alonso (2003) destaca que diferente do capital usurário, o capital a juros é específico do modo de produção capitalista e para sua existência é necessário que o dinheiro assuma em determinado momento o papel de capital, que seja valor que se valoriza dentro das relações capitalistas e expresse toda sua permutabilidade no ciclo do capital.

Os aspectos e diferenciações entre o capital comercial e o capital usurário demonstram o avanço da lógica capitalista, a partir desse contexto, ao analisar a transição para o capital industrial, Marx ressalta que a gênese do capitalista industrial não ocorreu de forma tão gradativa quanto a do arrendatário, segundo o autor:

(...) Sem dúvida, muitos pequenos mestres corporativos, e mais ainda pequenos artesãos independentes, ou também trabalhadores assalariados, transformaram-se em pequenos capitalistas e, por meio da exploração paulatina do trabalho assalariado e da correspondente acumulação, em capitalistas *sans phrase* [sem floreios]. (MARX, 2013, p.996.).

Havia algumas barreiras para o desenvolvimento do capital industrial, caracterizadas pelo regime feudal no campo e a constituição corporativa presente nas cidades, impediram o capital monetário constituído por meio da usura e do comércio se converter em capital industrial, no entanto essas barreiras:

caíram com a dissolução dos séquitos feudais e com a expropriação e a parcial expulsão da população rural. A nova manufatura se instalou nos portos

marítimos exportadores ou em pontos do campo não sujeitos ao controle do velho regime urbano e de sua constituição corporativa. (MARX, 2013, p.997).

Sendo assim, a partir do trecho acima, esses obstáculos caracterizados por aspetos do feudalismo, foram destruídos pela ruptura dos séquitos feudais e a diminuição das regulamentações corporativas que acarretou um complexo produtivo encabeçado por uma produção independente, esse complexo produtivo constituído por pequenos produtores independentes cria as condições para desagregar os produtores diretos dos meios de produção, ademais o declínio dos aspectos servis e das corporações em conjunto com o domínio dos pequenos produtores fortificam o processo de expropriação das terras camponesas, a expulsão de parte da população rural e o surgimento do trabalho assalariado generalizado, a nova manufatura que emergia foi instaurada ou em portos marítimos com caráter exportador ou em áreas do campo que não estavam mais sob o domínio das antigas corporações urbanas.

Em síntese, o desenvolvimento do capital usurário e do capital comercial proporciona modificações na produção, porém essas modificações não propiciam uma revolução nas condições para realizar a produção, assim, é necessário refletir com base nos aspectos que permitiram o surgimento da força de trabalho enquanto mercadoria generalizada no modo de produção capitalista.

O avanço manufatureiro e a larga produção agrária com elevada concentração serviram de sustentação para o gigantesco potencial produtivo da forma social capitalista, esses aspectos também contribuíram para o estabelecimento de uma guerra comercial entre as grandes potências capitalistas que disputavam o mercado internacional consumidor e produtor, essa guerra entre as nações dominantes demonstra uma perspectiva internacional de todo o processo atrelado a gênese do capital, dessa forma mais uma vez chamo a atenção que tal processo enquanto gênese do capitalismo não é estritamente inglês, na Inglaterra, os aspectos que condicionam a acumulação primitiva se acoplam. A guerra comercial entre as potências é ao mesmo tempo o advento da colonização, mediante esses acontecimentos não apenas as riquezas naturais da América, África e oriente foram roubadas pelo capital, mas quando possível formas sociais originárias foram destruídas violentamente para expandir as vias capitalistas, ademais a expropriação dos trabalhadores no território inglês em estado avançado foi substancial para proporcionar que esses processos tomassem direção para um ponto em comum no século XIX, o território britânico, a Inglaterra emerge enquanto nação dominante do século XIX.

2.4. Considerações sobre a colonização, dívida pública, protecionismo e a tendência histórica da acumulação primitiva.

Dentre os principais processos que caracterizaram a acumulação primitiva é necessário destacar a exploração na América das terras ricas em metais preciosos, o princípio da conquista e expropriação das Índias Orientais, o comércio de escravizados vindos do continente africano para as colônias e as guerras comerciais entre as principais nações europeias. A respeito desse assunto, Marx destaca:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracteriza a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco. Ela é inaugurada pelo levante dos Países Baixos contra a dominação espanhola, assume proporções gigantescas na guerra anti-jacobina inglesa e prossegue ainda hoje nas guerras do ópio contra a China etc. (MARX, 2013, p.998).

A exploração dos metais preciosos acarretou a queda relativa dos salários e aumento da precificação dos arrendamentos agrícolas nos países expropriadores em uma perspectiva a longo prazo, o que comprometeu a população camponesa que ainda persistia, uma vez que a concentração da propriedade se tornou algo cada vez mais predominante. Ademais, essa exploração está diretamente associada ao aspecto de equivalente universal daquele momento, visto que os metais preciosos tinham o papel de funcionar enquanto lastro para a mediação das relações capitalistas realizadas posteriormente pelo dinheiro. Os momentos destacados da acumulação primitiva especificamente na Inglaterra durante o final do século XVII propiciaram a origem do sistema colonial britânico, além dos sistemas da dívida pública, tributário e protecionista.

O sistema colonial amadureceu o comércio e a navegação como plantas num hibernáculo. As “sociedades Monopolia” (Lutero) foram alavancas poderosas da concentração de capital. Às manufaturas em ascensão, as colônias garantiam um mercado de escoamento e uma acumulação potenciada pelo monopólio do mercado. Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformavam em capital. (MARX, 2013, p.1001.)

Com base no trecho acima, percebemos que os sistemas de colonização potencializaram as manufaturas até então desenvolvidas visto que as colônias proporcionaram o surgimento de um mercado baseado no escoamento, além disso tal mercado se caracteriza enquanto um monopólio, dessa forma, a expropriação feita pelas potências europeias chegavam as metrópoles e eram transformadas em capital. O primeiro país a desenvolver um sistema colonial plenamente segundo Marx foi a Holanda que em meados do século XVII dominava o comércio nas índias orientais e o tráfico entre as regiões sudoeste e nordeste da Europa. É importante

ressaltar que também foi na Holanda que o sistema de dívidas públicas se consolidou primeiramente:

O sistema de crédito público, isto é, das dívidas públicas, cujas origens encontramos em Gênova e Veneza já na Idade Média, tomou conta de toda a Europa durante o período manufatureiro. O sistema colonial, com seu comércio marítimo e suas guerras comerciais, serviu-lhe de incubadora. Assim, ele se consolidou primeiramente na Holanda. (MARX, 2013, p. 1002).

Marx ressalta que o sistema das dívidas públicas se tornou dominante no território europeu durante o período manufatureiro, o comércio marítimo e as guerras comerciais que caracterizaram o sistema colonial europeu foram fundamentais para esse desenvolvimento a respeito disso, Marx acentua que:

A dívida pública torna-se uma das alavancas mais poderosas da acumulação primitiva. Como com um toque de varinha mágica, ela infunde força criadora no dinheiro improdutivo e o transforma, assim, em capital, sem que, para isso, tenha necessidade de se expor aos esforços e riscos inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usuária. Na realidade, os credores do Estado não dão nada, pois a soma emprestada se converte em títulos da dívida, facilmente transferíveis, que, em suas mãos, continuam a funcionar como se fossem a mesma soma de dinheiro vivo (MARX, 2013, p.1003).

Os maiores bancos segundo Marx, desde suas origens eram caracterizados pelos títulos nacionais, não passavam de acordo com as palavras do autor, de “sociedades de especuladores privados”. Esses bancos eram protegidos pelos governos, além de usufruírem de privilégios concedidos a eles, ou seja, usufruíam da possibilidade de emprestar dinheiro aos governos, dessa forma, a acumulação das dívidas públicas está umbilicalmente vinculada com a alta das ações dos grandes bancos, em que o completo desenvolvimento está incorporado na fundação do banco da Inglaterra em 1694.

Esse banco começou emprestando seu dinheiro ao governo a um juro de 8%, ao mesmo tempo que o Parlamento o autorizava a cunhar dinheiro com o mesmo capital, voltando a emprestá-lo ao público sob a forma de notas bancárias. Com essas notas, ele podia descontar letras, conceder empréstimos sobre mercadorias e adquirir metais preciosos. Não demorou muito para que esse dinheiro de crédito, fabricado pelo próprio banco, se convertesse na moeda com a qual o Banco da Inglaterra tomava empréstimos ao Estado e, por conta deste último, pagava os juros da dívida pública. Não lhe bastava dar com uma mão para receber mais com a outra: o banco, enquanto recebia, continuava como credor perpétuo da nação até o último tostão adiantado. E assim ele se tornou, pouco a pouco, o receptáculo imprescindível dos tesouros metálicos do país e o centro de gravitação de todo o crédito comercial. (MARX, 2011, p.1004).

Marx esclarece que a partir das dívidas públicas, emerge o sistema internacional de créditos que:

frequentemente encobria uma das fontes da acumulação primitiva neste ou naquele povo. Desse modo, as perversidades do sistema veneziano de rapina constituíam um desses fundamentos ocultos da riqueza de capitais da Holanda, à qual

a decadente Veneza emprestou grandes somas em dinheiro. O mesmo se deu entre a Holanda e a Inglaterra. Já no começo do século XVIII, as manufaturas holandesas estavam amplamente ultrapassadas, e o país deixará de ser a nação comercial e industrial dominante. (MARX, 2013, p.1005).

Em razão de a dívida pública ser respaldada por meio das receitas estatais, que precisam cobrir os juros e demais pagamentos anuais, Marx entende que o sistema tributário era um complemento necessário para o funcionamento dos empréstimos públicos:

Os empréstimos capacitam o governo a cobrir os gastos extraordinários sem que o contribuinte o perceba de imediato, mas exigem, em contrapartida, um aumento de impostos. Por outro lado, o aumento de impostos, causado pela acumulação de dívidas contraídas sucessivamente, obriga o governo a recorrer sempre a novos empréstimos para cobrir os novos gastos extraordinários. O regime fiscal moderno, cujo eixo é formado pelos impostos sobre os meios de subsistência mais imprescindíveis (portanto, pelo encarecimento desses meios), traz em si, portanto, o germe da progressão automática. A sobrecarga tributária não é, pois, um incidente, mas, antes, um princípio. (MARX, 2013, p. 1005).

Ademais, segundo Marx:

A influência destrutiva que esse sistema exerce sobre a situação dos trabalhadores assalariados importa-nos aqui, no entanto, menos que a violenta expropriação do camponês, do artesão, em suma, de todos os componentes da pequena classe média. Sobre isso não há divergência, nem mesmo entre os economistas burgueses. Sua eficácia expropriadora é ainda reforçada pelo sistema protecionista, uma de suas partes integrantes. (MARX, 2013, p. 1005-1006).

A dívida pública funciona enquanto mecanismo fundamental do modo de produção capitalista, em razão de que é por ela que é possível realizar a extração da riqueza social para sanar empréstimos realizados pelos grandes capitalistas ao Estado. Esses empréstimos feitos possibilitam o desenvolvimento do modo de produção capitalista na esfera interna, como por exemplo, a construção de ferrovias, uma vez que a dívida pública é consolidada, o estado fica sujeito a altas taxas de juros e em um determinado momento suas dívidas são pagas utilizando a riqueza da sociedade, com o avanço da dívida pública, as riquezas concentradas nas mãos do estado ficaram sujeitas a transferência a classe dominante, através dos impostos a riqueza social é encaminhada para o grupo dos grandes capitalistas.

A partir de uma interpretação internacional do capital, é possível entender que as localizações mais periféricas do planeta teve durante a consolidação do capitalismo suas riquezas expropriadas por meio da dívida pública, A expropriação pela dívida pública não está atrelada a violência direta como ocorreu no colonialismo pela destruição e sobreposição política da forma de sociedade capitalista sobre as formas sociais originais, é um mecanismo desenvolvido para prolongar a expropriação e a reprodução do modo de produção capitalista.

Além da dívida pública, é preciso brevemente citar o Sistema protecionista, visto que foi fundamental para o avanço da expropriação de trabalhadores independentes e aumentar a velocidade do processo de transição para o modo de produção capitalista, segundo Marx:

O sistema protecionista foi um meio artificial de fabricar fabricantes, de expropriar trabalhadores independentes, de capitalizar os meios de produção e de subsistência nacionais, de abreviar violentamente a transição do modo de produção antigo para o moderno. A patente desse invento foi ferozmente disputada pelos Estados europeus, que, a serviço dos extratores de mais-valor, perseguiram esse objetivo não só saqueando seu próprio povo, tanto direta, por meio de tarifas protecionistas, quanto indiretamente, por meio de prêmios de exportação etc., mas também extirpando violentamente toda a indústria dos países que lhes eram contíguos e deles dependiam, como ocorreu, por exemplo, com a manufatura irlandesa de lã por obra da Inglaterra. No continente europeu, que seguia o modelo de Colbert, o processo foi simplificado ainda mais, e parte do capital original do industrial passou a fluir diretamente do tesouro do Estado. (MARX, 2013, p.1006).

Por fim, ao decorrer do item sétimo do capítulo XXIV, Marx demonstra qual é o fundamento histórico da acumulação primitiva, ou seja, o que de fato é esse advento? Marx responde que:

Na medida em que não é transformação direta de escravos e servos em trabalhadores assalariados, ou seja, mera mudança de forma, ela não significa mais do que a expropriação dos produtores diretos, isto é, a dissolução da propriedade privada fundada no próprio trabalho. (MARX, 2013, p.1010.)

Para a existência da forma social capitalista é preciso a concentração dos meios de produção, essa forma de produzir é apenas compatível com o próprio capitalismo e seus limites. A expropriação das terras da população e dos meios de produção dos produtores diretos é realizada mediante aos métodos mais violentos possíveis, a propriedade que antes era constituída pelo próprio trabalho mediante a agregação do trabalhador isolado e independente com as condições de trabalho ao seu dispor é dissolvida pela propriedade privada da forma social capitalista que pressupõe a expropriação e se estabelece a partir da exploração da força de trabalho alheia, porem livre em todos os aspectos possíveis legalmente.

A propriedade privada do trabalhador sobre seus meios de produção é o fundamento da pequena empresa, e esta última é uma condição necessária para o desenvolvimento da produção social e da livre individualidade do próprio trabalhador. É verdade que esse modo de produção existe também no interior da escravidão, da servidão e de outras relações de dependência, mas ele só floresce, só libera toda a sua energia, só conquista a forma clássica adequada onde o trabalhador é livre proprietário privado de suas condições de trabalho, manejadas por ele mesmo: o camponês, da terra que cultiva; o artesão, dos instrumentos que manuseia como um virtuoso. Esse modo de produção pressupõe o parcelamento do solo e dos demais meios de produção. Assim como a concentração destes últimos, ele também exclui a cooperação, a divisão do trabalho no interior dos mesmos processos de produção, a dominação e a regulação sociais da natureza, o livre desenvolvimento das forças produtivas sociais. Ele só é compatível com os estreitos limites, naturais/spontâneos, da produção e da sociedade. (MARX, 2013, p. 1011).

A expropriação passa por uma nova transformação, a expropriação dos produtores diretos não é encerrada com a conversão dos trabalhadores em uma grande massa de força de trabalho assalariado, a expropriação continua existindo de forma interna ao capital, não está relacionada apenas a gênese do capitalismo, mas a razão de ser e aos aspectos internos do modo de produção capitalista no trecho a seguir, Marx destaca tal movimento enquanto continuidade da dissociação atrelada a origem do capitalismo.

Tão logo esse processo de transformação tenha decomposto suficientemente, em profundidade e extensão, a velha sociedade; tão logo os trabalhadores se tenham convertido em proletários, e suas condições de trabalho em capital; tão logo o modo de produção capitalista tenha condições de caminhar com suas próprias pernas, a socialização ulterior do trabalho e a transformação ulterior da terra e de outros meios de produção em meios de produção socialmente explorados – e, por conseguinte, em meios de produção coletivos –, assim como a expropriação ulterior dos proprietários privados assumem uma nova forma. Quem será expropriado, agora, não é mais o trabalhador que trabalha para si próprio, mas o capitalista que explora muitos trabalhadores. (MARX, 2013, p.1012).

Adiante, na mesma página do capítulo XXIV, Marx prossegue:

Essa expropriação se consuma por meio do jogo das leis imanentes da própria produção capitalista, por meio da centralização dos capitais. Cada capitalista liquida muitos outros. Paralelamente a essa centralização, ou à expropriação de muitos capitalistas por poucos, desenvolve-se a forma cooperativa do processo de trabalho em escala cada vez maior, a aplicação técnica consciente da ciência, a exploração planejada da terra, a transformação dos meios de trabalho em meios de trabalho que só podem ser utilizados coletivamente, a economia de todos os meios de produção graças a seu uso como meios de produção do trabalho social e combinado, o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista. (MARX, 2013, p.1012-1013).

Nesse novo momento de expropriação, agora internalizado na lógica do modo de produção capitalista está associado a vitória dos grandes grupos capitalistas sobre os pequenos grupos mediante a concorrência, os grandes grupos buscam incorporar os menores, a centralização do capital prevalece e os próprios capitalistas são expropriados por outros capitalistas. A centralização de capital demonstra que a expropriação dos produtores diretos que foram convertidos em uma massa de força de trabalho assalariada prossegue por meio do funcionamento interno do capital até a expropriação de pequenos capitalistas realizada pelos grandes grupos representantes do capital em diversos ramos da indústria.

Uma vez que a gênese do modo de produção capitalista está associada a dissociação e diversas formas de violência diretas e indiretas, é necessário pontuar que a expropriação existe não apenas na formação da sociedade capitalista, visto que é um aspecto do capital que sempre será reproduzido, repostado internamente em diferentes formas dependendo do período histórico analisado, é um mecanismo permanente do modo de produção capitalista. A expropriação é contínua e permanente tanto em relação ao excedente do trabalho da massa proletária que não

possui mais nenhum controle do que se produz quanto entre os capitalistas, visto que os maiores grupos capitalistas buscam incorporar os menores. Compreender *a assim chamada acumulação primitiva* enquanto processo histórico fundamental do modo de produção capitalista, é compreender não apenas os acontecimentos da gênese do capital, mas também a lógica interna capitalista que provocou e provoca violências.

Para encerrar o sétimo item do capítulo XXIV, Marx propõe que a tendência histórica da acumulação primitiva está associada a potencialidade de superação da forma social capitalista, já que apesar de todas as abstrações do capitalismo que encobrem a gênese violenta, brutal, sanguinária desse modo de produção e a expropriação permanente necessária para sua existência, simultaneamente, segundo Marx proporciona à classe trabalhadora um nível de cooperação jamais visto antes, ademais as formas de expropriação tendem a reduzir o número de exploradores do capital, em razão da expropriação praticada entre si pelos grupos capitalistas, dessa forma, o grande capital busca a eliminação de seus semelhantes. Entretanto, com o aumento do proletariado, há o avanço da pobreza e da expropriação o que gera aumento da massa proletária, mas o nível de união, cooperação também tende a ser elevado. A partir de contradições substanciais como essas que situam a possibilidade de superação do modo de produção capitalista, nas palavras de Marx, “os expropriadores serão expropriados”, ou seja, existe a possibilidade de os produtores diretos expropriados historicamente em razão da gênese do modo de produção capitalista, a massa da população que não possui nenhuma garantia de sobrevivência na forma social do capital se apropriariam coletivamente das forças produtivas criadoras de toda riqueza social.

Com a diminuição constante do número de magnatas do capital, que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a massa da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, que, cada vez mais numerosa, é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista. O monopólio do capital se converte num entrave para o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um grau em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. O entrave é arrebatado. Soa a hora derradeira da propriedade privada capitalista, e os expropriadores são expropriados. (MARX, 2013, p. 1013).

A partir desse trecho, a tendência histórica da acumulação primitiva e da forma social do capital está vinculado com sua superação e a organização de uma sociedade socialista, algo importante a ser destacado como dito anteriormente é que apenas as características negativas da sociedade capitalista isoladamente como a miséria, a exploração do trabalho alheio, a utilização das capacidades produtivas dos seres humanos para o aumento da riqueza dos grupos representantes do grande capital não são capazes de apontar em direção a tendência histórica

do capital, é nas contradições internas entre esses fatores negativos e os positivos como a maior organização da classe trabalhadora e aumento dessa massa da população, que está localizado sua tendência histórica.

Ao mesmo tempo que a elevação da massa de trabalhadores assalariados, fator específico do modo de produção capitalista, proporciona aumento de aspectos negativos como a pobreza, miséria já que é necessário que haja desemprego no capitalismo representado pelo exército industrial de reserva para sua reprodução, esse fator também proporciona de maneira contraditória aspectos positivos para a luta em favor da superação do capital, como maior organização e união da classe proletária necessária para alcançar os interesses de classe, por exemplo, o aumento salarial que apesar de ser uma luta dentro das normas da sociedade burguesa, pois não destruirá o capital, mas é fundamental para o reconhecimento do trabalhador assalariado enquanto classe proletária, além de contribuir para a união e organização dessa classe em prol de lutas anticapitalistas.

Ainda a respeito de características da forma social capitalista positivas enquanto aspectos que possibilitam a luta para sua superação, é necessário destacar que o modo de produção capitalista gera um vínculo em escala mundial entre os trabalhadores assalariados, ou seja, enquanto pertencentes da mesma classe, independentemente da localização e apesar das especificidades nacionais, os interesses são os mesmos, já que há a generalização da forma de trabalho assalariado pelo mundo, outro ponto a ressaltar é a liberdade formal instaurada na sociedade burguesa, algo muito específico para a funcionalidade do modo de produção capitalista, em formas sociais passadas esse fator nunca ocorreu, era algo impossível em modos de produção servil ou escravistas, esse fator é substancial e específico do capitalismo em razão da necessidade de converter a grande massa da população em trabalhadores assalariados livres em todos os sentidos, além de contribuir para a gênese dos capitalistas, visto que para que haja compradores e vendedores da força de trabalho de acordo com as normas da circulação de mercadorias, é preciso o avanço do desenvolvimento em determinados graus da liberdade formal, tal liberdade é positiva para os trabalhadores no sentido histórico, pois pode possibilitar maior organização da classe, principalmente com a fundação de partidos e sindicatos que lutem pelos interesses de classe.

Como dito anteriormente, há no capitalismo, a própria expropriação entre os expropriadores, esse aspecto faz com que os grupos capitalistas sejam cada vez mais reduzidos e restritos tal fato interpretado enquanto característica positiva para a superação do capital, demonstra a apropriação da riqueza social nas mãos de uma minoria restrita, muitas vezes

representada no mercado de ações, dessa forma essa informação em conjunto com a organização política da classe trabalhadora necessita andar em conjunto.

A tendência história da acumulação primitiva enquanto sua superação, e as contradições entre os fatores positivos e negativos como os atributos substanciais para alcançar essa etapa demonstram que tal transformação social não é determinada pela suposta fraqueza da classe proletária, mas sim mediante sua força, ou seja, a supressão do capital parte da própria massa de assalariados.

3. A EXPROPRIAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NA RÚSSIA

3.1. Apontamentos sobre a crítica de Lenin aos populistas

Na obra *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, Lenin elabora uma discussão a respeito dos efeitos das transformações ocorridas no meio agrícola russo com base nos fundamentos teóricos da economia política dentro das fronteiras russas. *O Capital* de Marx é utilizado como guia para seus estudos e análises das especificidades do desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Ao longo do livro temas como a análise sobre as relações existentes na Rússia entre o capitalismo mercantil, o processo de transição até a indústria manufatureira e o capitalismo industrial caracterizado pela mecanização são debatidos.

Ademais mediante essa obra Lenin analisa e critica as postulações do movimento que surge na Rússia durante a década de 1860 e que posteriormente seria conhecido como populismo. Os Narodniks ou populistas defendiam a tese de que o capitalismo tinha poucas chances de prosperar na Rússia em razão da miséria que os produtores rurais estavam situados, a superação da pobreza para os populistas seria possível mediante um percurso histórico desviasse do modo de produção capitalista, além disso os populistas compreendia que independente do caminho trilhado pela Rússia as chamadas *mir*, comunas camponesas, deveriam continuar existindo e por meio delas seria possível inclinar o caminho para uma outra direção.

Tendo em mente que toda forma de sociedade possui particularidades históricas, com a Rússia ocorre o mesmo, enquanto os países europeus ocidentais em meados do século XVI viviam a decadência do sistema feudal, no território russo o czarismo regime caracterizado pela autocracia e as tradições familiares prevalecia, ademais durante o século XVII, a dinastia dos Romanov emerge enquanto consequência de alianças entre a nobreza e a igreja Ortodoxa. O campo no czarismo era o centro de toda a sociedade, tinha grande importância, os grupos sociais estavam vinculados diretamente ao espaço rural e a agricultura. É preciso destacar que os camponeses não representavam um todo homogêneo, dentro do campesinato havia camponeses pobres, médios e ricos, tanto aqueles com mais terras à disposição quanto os que quase não possuíam nenhuma. Apesar das diferenças nos grupos camponeses, a grande maioria vivia em condições precárias sob o regime czarista, as condições materiais insuficientes da população rural constataavam com os privilégios pertencentes a nobreza e ao clero.

O regime czarista em termos históricos, é a razão da estrutura econômica e social russa estar vinculada a relações pré-capitalistas, visto que tal regime fortaleceu os laços com a

servidão durante um momento em que os países europeus mais próximos estavam decompondo seus laços feudais e aderindo cada vez a trocas mercantis. A corveia, sistema com caráter feudal em que o campesinato precisava realizar trabalhos gratuitos para o estado ou senhores de terras era uma das principais especificidades da sociedade russa analisada por Lenin.

Vale ressaltar que em 1861, o antigo sistema agrário russo passou por uma reforma que caracterizou o fim da servidão.² A partir dos efeitos dessa reforma durante as próximas décadas Lenin realiza sua análise das transformações socioeconômicas no meio agrário, tal reforma:

previa que os senhores venderiam aos camponeses as parcelas de terras que eles já ocupavam. Por sua vez, o Estado pagaria aos senhores uma quantia a pretexto de indenização pelas terras “perdidas” com a venda aos camponeses. Quanto ao estatuto destes, estabeleceu-se um estágio transitório: não adquiririam o direito de propriedade privada sobre a terra comprada, permanecendo como membros de uma comuna e de um grupo doméstico. A comuna continuava responsável pela distribuição da terra aos grupos domésticos e seus integrantes. Os membros da comuna pagariam um imposto coletivo (“responsabilidade coletiva”) e ninguém poderia renunciar às obrigações de sua comuna, mesmo estando incluído na minoria que conseguia permissão para residir em outro lugar. Entre as outras obrigações mantidas pela comuna, estava assegurar o pagamento do débito contraído com o Estado pelas terras adquiridas dos senhores. (SILVA, 2012, p.111).

Ademais, após a consolidação da reforma, uma parte das terras pertencentes ao campesinato foram expropriadas, dessa forma grande parcela da população agrária russa começou a ficar sem terras suficientes para sua sobrevivência, não havendo como usufruir da maioria das terras comuns e florestas Silva (2012, p112) ressalta que “O objetivo da medida era justamente obrigá-los a trabalhar nas terras dos senhores para garantir sua subsistência. Em muitos casos precisaram recorrer ao aluguel da terra dos senhores.”

A reforma de 1861 em um primeiro momento deveria possuir caráter transitório, entretanto o que a realidade expressava era algo diferente, a manutenção de aspectos feudais no território russo estava diretamente vinculada com o estado czarista, mesmo décadas após a reforma, as aldeias prevaleciam em pé.

A preservação do mir e, com ela, dos campos abertos e dos trabalhos coletivos da agricultura tradicional travava o processo de mudança tanto dentro da agricultura como fora dela, entretanto, até 1893, isto é, trinta anos após a emancipação, o governo ainda estava decidido a preservar a comunidade de aldeia, como comprova a lei que fez passar nesse ano. Tratava-se de impedir que os camponeses, mesmo com

² No capítulo X da obra *história do mundo volume II – O período moderno*, Az Manfred afirma que a reforma de 1861 está vinculada a guerra da Crimeia (1853-1856), visto que após esse advento, a atrofia da sociedade russa ficou completamente exposta em razão das mortes da população e o aprofundamento da pobreza, dessa forma, as massas responderam com uma resistência violenta ao momento vivido, o que resultou na abolição da servidão pela reforma de 1861.

dívidas quitadas, abandonassem a aldeia sem a aprovação de 2/3 dos membros desta. Ao mesmo tempo, a venda de terras a não camponeses para fixação e exploração era proibida. Submetidos à dupla pressão da insuficiência de terras e da magnitude das cargas financeiras, pouco sobrava aos camponeses para investir na produção. A produtividade continuou baixa. Gradualmente, as relações comunitárias começaram a ser minadas, provocando um processo de diferenciação da massa camponesa. (SILVA, 2012, p.113).

É necessário destacar que entre a segunda parte do século XIX e início do XX, a maioria da população russa se encontra no meio rural, dessa forma qualquer desfecho dentro da nação dificilmente não passaria pela população agrária. A reforma de 1861 tornou mais grave a crise do sistema pré-capitalista além de expor as contradições existentes no país, por exemplo, o empobrecimento da grande massa da população, o acesso escasso a terras e aumento da fome generalizada. Esse enorme complexo de elementos gerou uma instabilidade interna fomentada por uma crise na esfera internacional em razão da guerra entre o império russo e o Japão no início do século XX.

O desenvolvimento das forças produtivas, ainda que embrionário na Rússia do século XIX, exigia o avanço do trabalho assalariado, maior qualificação profissional, a remodelagem na esfera produtiva, além de modificações impactantes nas relações de propriedade. Ao elaborar a obra *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, Lenin procura analisar a situação concreta russa, principalmente as transformações no setor agrário e a formação de um mercado interno. Um dos principais aspectos associados ao desenvolvimento do mercado interno é a divisão do trabalho social, discussão que Lenin trava com os populistas.

A divisão social do trabalho é um fator substancial na análise marxista de Lenin sobre a economia mercantil, sobretudo a base dessa economia.

A indústria manufatureira se separa da indústria extrativista, e cada uma se subdivide em pequenos tipos e subtipos que dão origem a produtos especiais na forma de mercadoria e os trocam por todas as outras produções. O desenvolvimento da economia mercantil leva, dessa maneira, ao aumento do número de ramos da indústria isolados e independentes; a tendência desse desenvolvimento consiste em converter em um ramo particular da indústria a produção não apenas de cada produto isolado, mas até cada parte isolada do produto; e não apenas a produção do produto, mas até as operações isoladas de preparação dele para o consumo. (LENIN, 2024, p.45).

Durante o momento do capitalismo mercantil, a divisão social do trabalho foi estabelecida, fez com que os trabalhos realizados na agricultura fossem subdivididos em diversos tipos de trabalhos artesanais, tal advento é substancial para a formação de um mercado interno na Rússia. Adiante, Lenin afirma com base em Marx que a dissociação entre as indústrias manufatureiras e o extrativismo, a manufatura e a agricultura faz com que a agricultura em si se converta em uma indústria. Com a ramificação industrial atingindo a agricultura, as trocas dos artigos agrícolas e artigos industriais não são exclusivas, há uma

mesclagem com as trocas realizadas entre os diversos artigos associados a economia rural, é preciso ressaltar que tal manifestação da agricultura mercantil com características capitalistas são demonstradas em todos os países sob regime do capital através da divisão social do trabalho, na Rússia tais manifestações ocorrem segundo Lenin após as reformas de 1861.

O autor reconhece a existência de contradições específicas do modo de produção capitalista, tais contradições, estão vinculadas com as relações sociais e econômicas dentro do campesinato russo.

A estrutura das relações socioeconômicas no campesinato (agrícola e comunitário) mostra-nos a existência de todas as contradições que são inerentes a qualquer economia mercantil e a qualquer capitalismo: concorrência, luta pela independência econômica, acúmulo de terras (compradas e arrendadas), concentração da produção nas mãos da minoria, deslocamento da maioria para as fileiras do proletariado, exploração da maioria pela minoria por meio do capital comercial e da concentração de assalariados rurais. Não há sequer um único fenômeno econômico no campesinato que não tenha essa forma contraditória especificamente característica da estrutura capitalista, ou seja, que não expresse a luta e o conflito de interesses, que não signifique mais para uns e menos para outros. (LENIN, 2024, p.185).

Por mais que no período estudado pelo autor, existissem instituições atreladas aos resquícios do feudalismo, aspectos específicos do campesinato formado até então na Rússia, que inclusive limitavam o desenvolvimento do capitalismo, é dentro do próprio campesinato que os elementos capitalistas são constituídos. Em razão das características de uma forma social antiga ainda em vigência naquele momento histórico estar vinculada ao campesinato, há barreiras que limitam e diminuem a velocidade das transformações das relações sociais e o avanço das forças produtivas. Apesar desse fato, Lenin identifica em seus estudos que a característica substancial da sociedade agrária russa estava avançando em direção ao desenvolvimento capitalista mediante a separação entre a burguesia e o proletariado, ou seja, o capitalismo na Rússia está atrelado aquilo que é fundamental no império czarista, o campesinato. Dessa maneira, Lenin critica a interpretação dos populistas russos que acreditavam que o sistema econômico e social caracterizado pelas amarras feudais era uma alternativa ainda possível perante o modo de produção capitalista.

Esses pensadores defendiam que certas qualidades da comuna como o caráter coletivo era substancial para o desenvolvimento de um socialismo agrário na Rússia. Sendo assim, os populistas afirmavam que a economia rural e as instituições camponesas eram a forma de combater o avanço do capitalismo ocidental. Lenin, por sua vez, critica essa interpretação afirmando que o avanço da pauperização que procedia da dissociação entre os produtores diretos e as condições de realizar os diferentes trabalhos e o crescimento do mercado eram processos que ocorriam ao mesmo tempo e em conjunto, além disso para o autor, as comunas

rurais russas já estavam aniquiladas pelo avanço do capitalismo, não apenas as comunas, mas toda a estrutura social semifeudal russa, dessa forma Lenin demonstra que as transformações econômicas e sociais na Rússia estavam explicitamente caminhando para o viés capitalista, sendo assim, já ocorria naquele instante uma forma de expropriação e avanço capitalista, específicos ao território russo.

Com base nesses argumentos Lenin estruturará toda a sua crítica aos populistas, utilizando como sustentação teórica um estudo aprofundado da obra *O Capital*, de Marx. O autor busca conhecer a realidade camponesa mediante uma vasta investigação concreta, assim em seu livro *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, ele demonstra por meio de levantamentos de dados a situação do campesinato russo nas últimas décadas desde a reforma de 1861, dessa forma estrutura análises empíricas e estatísticas a respeito do campesinato russo. Mediante essa vasta pesquisa, chegará à conclusão de que os camponeses russos já foram arruinados e que os processos que os levaram a ruína aconteceram pelo fato de serem necessários para o avanço pleno do capitalismo na Rússia, cujo processo de industrialização emergente expropriou uma grande massa da população rural. A crítica estabelecida contra os populistas é caracterizada por Lenin ao demonstrar por meio de dados empíricos e concretos o avanço da forma social capitalista na Rússia e a possibilidade concreta de seu pleno desenvolvimento no país, a respeito desse tema, Silva destaca que:

Para Lenin, não obstante a existência de resquícios feudais, o mundo do agro estava investido pelo modo de produção capitalista. Procurou prová-lo através de uma espécie de radiografia da situação rural russa, utilizando abundantes dados estatísticos. Esses dados mostravam que a produção para o mercado dominava a economia rural, mesmo nas regiões mais atrasadas. A atividade do campesinato era subjugada por todas as contradições próprias das economias de mercado e do capitalismo: a concorrência, a luta pela independência econômica, a monopolização da terra (comprada ou arrendada), a tendência à concentração da produção nas mãos de uma minoria, a proletarianização da maioria e sua exploração pela minoria que dispunha do capital comercial e que empregava operários agrícolas. No arrendamento ou compra de terras, nas profissões auxiliares, na adaptação ao progresso técnico, em todos esses campos era a luta e a concorrência que prevaleciam. (SILVA, 2012, p.114).

Lenin segue a linha de pensamento de Marx quando considera que a produção camponesa é um obstáculo para o pleno desenvolvimento do modo de produção capitalista, a lógica interna das pequenas unidades produtivas deixa de existir quando estão relacionadas ao mercado, dessa forma não há sentido em entender o que proporciona a agricultura camponesa de subsistência dentro do capitalismo, tal visão contesta o pensamento populista que defende o campesinato caracterizado por aspectos homogêneos, ou seja, não há nenhum tipo de fracionamento interno nessa interpretação, além de defender a inexistência da divisão social do trabalho no campesinato russo, o argumento utilizado pelo grupo populista para sustentar suas

ideias era que o processo de produção generalizada de mercadorias e a concentração de capital não era realizada na sociedade rural da Rússia.

3.2. A desintegração do campesinato na Rússia.

Lenin afirma que as mudanças ocorridas no campesinato russo entre as últimas décadas do século XIX foram transformações profundas e qualitativamente relevantes, como o processo de destruição do pequeno camponês, acontecimento necessário para a expropriação de terras ser realizada em prol do avanço das raízes capitalistas. Segundo o autor na obra *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*:

[...] o velho campesinato não apenas se “diferencia”, ele se desintegra completamente, deixa de existir, é substituído completamente por novos tipos de população rural – tipos que são a base da sociedade na qual predomina a economia mercantil e a produção capitalista. esses tipos são a burguesia rural (sobretudo a pequena) e o proletariado rural, a classe dos produtores de mercadoria na agricultura e os trabalhadores agrícolas assalariados. (LENIN, 2024, p.187).

Em seus estudos, Lenin estabeleceu nessa mesma obra a divisão entre os grupos pertencentes ao campesinato russo, o primeiro grupo e base da estrutura rural é composto pelo proletariado rural em formação, pelos trabalhadores assalariados que recebiam salários mediante tarefas realizadas para as empresas agrícolas, pela parte dos camponeses denominados de semiproletários que viviam a partir do trabalho em suas próprias terras ou terras arrendadas e em certos momentos necessitavam trabalhar para as empresas agrícolas, ou até mesmo industriais, como assalariados.

Entra aqui o campesinato despossuído, inclusive aqueles completamente sem terras, mas os representantes mais típicos do proletariado rural russo são os assalariados rurais, os diaristas, os peões, os construtores[...]. a dimensão insignificante da propriedade agrícola reduzida a um pequenino pedaço de terra e, ademais uma propriedade que se encontra em pleno declínio[...], a impossibilidade de sobreviver sem a venda da força de trabalho[...], o nível de vida extremamente baixo[...] são os traços distintivos desse tipo. (LENIN, 2024, p.190)

O segundo grupo destacado por Lenin são os camponeses médios, definidos como aqueles que possuíam pequenos lotes de terras, no entanto muito mais significativos do que as porcentagens de terras de parte dos camponeses semiproletários do primeiro grupo, des sa forma mediante as pequenas porcentagens de terras os camponeses médios supriam as necessidades de suas famílias sem ser preciso contratar mão de obra externa, no entanto esse cenário de autossuficiência do trabalho agrícola independente era somente possível em anos que as condições climáticas fossem extremamente favoráveis, fora dessa condição, havia grande instabilidade na realização do trabalho agrícola independente, como salienta Lenin:

O elo “intermediário” entre esses tipos de campesinato pós-reforma é o *campesinato médio*. Ele se distingue pelo desenvolvimento *mínimo* da economia mercantil. O trabalho agrícola independente cobre somente, no melhor do ano e em condições especialmente favoráveis, a manutenção de tal campesinato, e por isso ele se encontra em uma situação extremamente instável. Na maioria dos casos o camponês médio não pode fazer faces as despesas sem contrair dívidas a serem pagas com trabalho etc., sem buscar ganhos “extras por fora, que também em parte advêm da venda da força de trabalho etc. cada má colheita lança uma massa do campesinato médio as fileiras do proletariado. (LENIN, 2024, p.194).

A instabilidade deste grupo provocada pelas relações sociais da estrutura do campesinato russo contribui para a própria dissolução dos grupos médios e a concentração da população russa no período estudado por Lenin entre os grupos inferiores e superiores, visto que uma pequena parte do campesinato médio tende a ingressar ao grupo superior burguês, em contrapartida, a grande parte desse mesmo campesinato estava suscetível a ser transformados em proletariados, tal advento é algo específico do modo de produção capitalista que necessita para sua existência de um grande grupo pertencente ao proletariado, uma grande massa disponível para a mercantilização da força de trabalho.

O último grupo definido por Lenin é constituído pelos camponeses abastados ou ricos tais camponeses compunham a parte mais numerosas das camadas burguesas da Rússia, dessa forma esse grupo possui um vínculo estreito com a agricultura comercial e com as relações especificamente capitalistas, nos domínios cultivados por esses camponeses predominavam a contratação de trabalhadores, as relações capitalistas de compra e venda da força de trabalho consolidavam a dinâmica da produção nessas terras.

Incluem-se aqui os patrões independentes que praticam a agricultura comercial em todas as suas variadas formas[...], em seguida os proprietários de estabelecimentos comerciais/industriais, os patrões de empresas comerciais etc. a união da agricultura mercantil com as empresas comerciais industriais constitui um tipo de “união da agricultura e da indústria”, especificamente própria desse campesinato. (LENIN, 2024, p.189).

O avanço da agricultura mercantil caracterizada por aspectos capitalistas proporcionaria a decomposição do campesinato russo, dessa forma, como dito anteriormente há a fomentação do desenvolvimento dos grupos extremos, sobretudo o proletariado, em relação ao campesinato médio que tende a diminuir de maneira drástica. Tal processo resultaria na consolidação de dois tipos distintos de população no meio rural russo, a burguesia rural caracterizada enquanto campesinato abrangente ou rico e o proletariado rural, além disso é importante salientar que o avanço do capitalismo de forma geral, não apenas na Rússia traz consigo a destruição dos modos de produção antigos, sendo assim as formas feudais russas deveriam ser extintas.

Lenin explica que a burguesia rural e o proletariado rural podem ser agrícolas, no entanto não é sinônimo de burguesia e proletariado agrícolas, visto que também podem ser comerciais e industriais. Com base nessa perspectiva, é possível compreender que no pensamento de Lenin a classe proletária se desenvolve a partir da agricultura, entretanto isso não quer dizer que se desenvolve exclusivamente na agricultura. O proletariado tem a possibilidade de realizar tarefas no setor agrícola e em outros setores como o comercial e o industrial, não é exclusivamente no meio agrícola que ocorre a proletarização das massas camponesas na Rússia, um grande exemplo desse fato é o êxodo rural que propicia maior quantidade de proletariados nos ramos industriais e comerciais. Outro aspecto importante dentro desse processo é a decomposição dos pequenos produtores mercantis, para Lenin o pequeno produtor mercantil está na categoria de pequeno burguês, e enquanto pequeno capitalista tende a ser expropriado pelo grande capital pelo simples fato de sua capacidade produtiva ser inferior em relação aos grandes capitalistas.

A decomposição do campesinato russo proporciona a extinção das formas antigas de produção específicas da Rússia, e com isso o surgimento da massa do proletariado e de uma pequena burguesia mercantil, interessante ressaltar que de forma contraditória, o próprio processo de criação dessa pequena burguesia é por outro lado sua condenação, visto que a concorrência capitalista instaurada mediante o desenvolvimento mercantil faz com que aqueles que alcançam o estado de grande capitalista exproprie o pequeno capitalista. Na obra *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* fica evidente que em Lenin o campesinato médio não é caracterizado por uma homogeneidade visto que esse grupo está sucessível a uma oscilação entre o proletariado e o campesinato rico, e é exatamente esse caráter transitório que define a pequena produção mercantil para Lenin.

O estudo da decomposição do campesinato russo realizado por Lenin consiste na diferenciação interna do campesinato, essas divergências são caracterizadas pelo empobrecimento da maior parte dos camponeses, e ao mesmo tempo no aumento de poder financeiro e de controle sobre grandes extensões de terras por um pequeno grupo desse mesmo campesinato, a fragmentação dos tipos de campesinato é consequência desse processo. A partir disso, a desintegração do campesinato é um fenômeno substancial para o desenvolvimento do capitalismo russo e está associado as raízes do mercado interno no modo de produção capitalista no mesmo sentido do que ocorreu na Inglaterra, o proletariado, no caso russo, o proletariado rural constituiu um mercado para os meios de consumo, já a burguesia rural constituiu um mercado para os meios de produção.

Lenin analisa o meio rural da Rússia com base no desenvolvimento capitalista, no primeiro capítulo do trabalho, foi citado que Marx analisa o surgimento da acumulação primitiva na Inglaterra compreendendo esse processo enquanto gênese do capital, dessa forma não são todos os acontecimentos na vasta história da Inglaterra que possuem relevância para o desenvolvimento do estudo de Marx, ou seja, apenas os eventos relacionados a gênese do capital são importantes para a análise. Lenin por sua vez segue esses passos em seu estudo, visto que as relações sociais que estão articuladas a agricultura são analisadas por ele a partir do ponto de vista geral do desenvolvimento do modo de produção capitalista na Rússia, os eventos da agricultura russa que não estão vinculados às raízes capitalistas não são a prioridade nos estudos de Lenin na obra *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, dessa forma, Lenin parte de seus estudos com base na decadência da agricultura da corveia, tal agricultura segundo o autor pressupunha a existência:

[...] Em primeiro lugar, o domínio da economia natural. A fazenda em regime de servidão devia compor um todo autossuficiente, fechado, com uma relação muito frágil com o restante do mundo. [...] Em segundo lugar, para tal economia, é necessário que o produtor direto seja dotado dos meios de produção em geral e da terra em particular. [...] em terceiro lugar, uma condição de tal sistema de economia é a dependência pessoa do camponês em relação ao latifundiário. (LENIN, 2024, p.202).

O período da transição entre a sociedade feudal russa e o capitalismo é o ponto central dos estudos de Lenin, em outras palavras, a passagem da agricultura da corveia caracterizada pelos aspectos feudais para a agricultura capitalista. Durante o momento feudal, as terras no território russo eram divididas entre as terras dos latifundiários e as terras camponesas, essas últimas eram concedidas aos camponeses, que mediante o cultivo com suas próprias ferramentas, já que detinham os meios de produção, retiravam sua subsistência, ao mesmo tempo para que existisse o vínculo e a concessão de terras aos camponeses, era necessário que essa população trabalhasse com suas ferramentas de trabalho nos latifúndios senhoriais, cultivar os lotes de terra dos latifundiários era a representação do trabalho excedente nessa forma de sociedade. A respeito das relações de trabalho no período da corveia, Lenin argumenta que:

O produto desse trabalho representava um produto necessário, segundo a terminologia da economia política; necessário para o camponês, já que lhe davam meios de vida, e necessário para o latifundiário, já que lhe dava mão de obra; exatamente da mesma maneira que o produto que compensa a parte variável do valor do capital é necessário na sociedade capitalista. o mais trabalho dos camponeses consistia em trabalho na terra do latifundiário por eles mesmos e com o *mesmo inventario*; o produto desse trabalho rendia frutos ao latifundiário. O mais-trabalho, portanto diferenciava-se espacialmente do trabalho necessário: para o latifundiário, os camponeses cultivavam a terra senhorial: para si mesmos, seu *nadiel* (porção de terra); para o latifundiário, trabalhavam alguns dias da semana; para si mesmos nos outros. (LENIN, 2024, p. 201-202).

O sistema de corveia era garantido pela dependência do camponês em relação ao latifundiário, visto que sem essa dependência não haveria a condição de servidão, tal condição era substancial para a estrutura da sociedade feudal russa. A decadência e o fim da corveia estão atrelados ao fim das relações servis, com o fim da economia natural feudal, os aspectos fechados e autossuficientes da então sociedade de corveia foram aniquilados e com isso o poder dos senhores sobre os camponeses foi desintegrado. É nesse momento histórico que há o processo de transição entre a agricultura feudal e a capitalista, caracterizado pela desintegração do campesinato russo.

Assim como o processo de acumulação primitiva na Inglaterra estudado por Marx, na Rússia, uma grande massa de camponeses foram “libertados” das amarras específicas da corveia, embora não estivessem mais sobre o domínio dos grandes latifundiários feudais, também não tinham nenhuma garantia de sobrevivência, o sistema de pagamento em trabalhos da corveia foi transformado ao longo desse processo no sistema de pagamentos mediante salários dessa forma há o avanço da decomposição do campesinato médio ou pequenos agricultores que em sua grande maioria passam a compor a massa do proletariado enquanto poucos se tornam patrões. A partir de dados estatísticos providos dos *Zemtovs* (províncias do território russo), Lenin destaca que “quanto à completa decomposição do campesinato ao completo domínio da burguesia camponesa no campo, esses dados colocam de lado qualquer dúvida. (Lenin, 2024, p.92).

A desintegração do campesinato feudal russo demonstra profundas mudanças no meio rural e social da Rússia, é importante destacar que a antiga forma de campesinato não vai sobreviver em conjunto com a agricultura capitalista, o capitalismo deve extinguir essa forma rural que estruturava a sociedade de corveia, ao contrário do que defendiam os populistas a comunidade camponesa russa não atuou como uma maneira de evitar o avanço do capitalismo ocidental, mas sim estruturou uma base sólida e profunda, algo que ocorreu também no processo de desenvolvimento do capital na Inglaterra, acontecimentos esses estudados por Marx. Para os populistas a desintegração do campesinato era apenas o surgimento da desigualdade de bens, uma diferenciação dentro do antigo campesinato russo, entretanto o avanço das relações capitalistas no meio rural russo necessitava da extinção da agricultura de corveia, uma vez que o desenvolvimento pleno do capitalismo precisa suprimir e destruir todas as instituições e relações sociais vinculadas com a antiga forma social.

Para Lenin, o campesinato russo não era avesso ao capitalismo; pelo contrário, ele constituía a sua base mais profunda e sólida, porque era justamente no interior da comunidade aldeã, longe de toda influência das cidades e malgrado a permanência de instituições retrógradas, onde se podia observar a formação contínua de elementos capitalistas; e porque era sobre o campesinato em especial que pesavam

as tradições do regime patriarcal e era, portanto, aí que a ação transformadora do capitalismo no âmbito das forças produtivas e das relações sociais se manifestaria de modo mais contundente. (SILVA, 2012, p.118).

Os aspectos iniciais do capital no território russo são caracterizados pela maior acentuação da divisão de classes e o avanço da generalização da forma mercadoria. A miséria e pobreza da massa populacional do campesinato no território russo não eram mais consequências de relações feudais, é demonstrado por Lenin que a pobreza agora está vinculada a um grande complexo de relações oriundas das explorações restantes do antigo modo russo de produção em conjunto com o capitalismo que emergia naquele momento. Ademais a desintegração do campesinato gerou uma população que apenas poderia tirar seu sustento realizando trabalho para terceiros, ou seja, a classe trabalhadora russa, assim a luta de classes entre o proletariado russo, que poderia buscar apoio no campesinato médio e os capitalistas representados tanto por grandes proprietários, estava se desenhando.

Somente a completa destruição dos restos do regime servil tornaria possível que o antagonismo fundamental da moderna sociedade burguesa, isto é, a contradição de classe entre a burguesia e o proletariado se desenvolvesse livremente também no campo sob a forma de luta entre o proletariado agrícola e os capitalistas agrários. (SILVA, 2012, p.119).

Os aspectos da atuação do capital comercial e usurário é outra questão analisada por Lenin em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, é fato que essas formas do capital tinham importância na nação, o que o autor investiga é a relação entre a decomposição do campesinato e o capital comercial e usurário. Através da análise dos dados levantados, Lenin percebeu que o investimento realizado pelo campesinato rico abrangia não apenas o capital comercial e usurário, visto que esse investimento se expandia para a esfera produtiva, havia gastos referentes a equipamentos, trabalho assalariado e porções de terras.

[...] caso no campo russo o capital só existisse na forma usurária e comercial, os dados da produção não fariam aparecer a decomposição do campesinato nem a formação dos capitalistas agrários. O campesinato seria uma massa uniforme esmagada pela miséria da qual apenas sobressairia o usurário e apenas pela sua fortuna em dinheiro e não pelos seus empreendimentos. O desenvolvimento independente do capital comercial e do capital usurário era um fator de retardamento da decomposição do campesinato, mas à medida que o comércio se desenvolvia e aproximava as cidades e o campo, seu papel diminuía e o crédito bancário substituíu o agiota. (SILVA, 2012, p.117).

Além da desintegração do campesinato e a subordinação ao capital industrial, as terras do território russo com baixo grau populacional também eram um ponto chave na análise de Lenin, a maior parte dessas terras estavam em localizações próximas às fronteiras da russa, o autor destaca que em razão do povoamento reduzido, esses lugares possuíam condições

favoráveis a colonização, esse fato é mais uma das especificidades da Rússia em relação a outros países, no entanto o ponto chave desse tema para Lenin, era o impacto causado por essas regiões na formação do mercado interno. De acordo com Silva, dois efeitos surgiram no território russo:

O primeiro desses efeitos concerne ao ritmo de desenvolvimento do capitalismo. É fato sabido que a população industrial aumenta em detrimento da população agrícola. No momento do surgimento das indústrias, o capital variável aumenta de modo absoluto pelo crescimento do número de operários industriais e do conjunto da população industrial e comercial. Na agricultura, ao contrário, o capital variável necessário à exploração de uma dada parcela de terra diminui de modo absoluto. (SILVA, 2012, p.117).

Já o segundo efeito:

[...] era a coexistência de dois tipos distintos de desenvolvimento capitalista. Na parte do país mais densamente povoada, onde as relações capitalistas já estavam em franca progressão, o capitalismo se desenvolveria em profundidade. Nos novos territórios, onde se introduziriam novas relações capitalistas, o capitalismo se desenvolveria em extensão (SILVA, 2012, p.117).

3.3. Observações sobre a via prussiana em Lenin.

Como citado no primeiro capítulo do trabalho, os primeiros movimentos relacionados a transição do feudalismo para o capitalismo ocorreram na Inglaterra durante a baixa idade média, além disso Inglaterra e França foram as nações pioneiras no processo de desenvolvimento das revoluções burguesas, ademais é preciso destacar a importância substancial do processo de desenvolvimento do capital nos Estados Unidos, principalmente para demonstrar as diferentes formas do avanço capitalista sobre as nações. Dentro do território inglês ocorreram a revolução puritana e a revolução gloriosa no século XVII, durante a segunda metade do século XVIII, houve a revolução francesa em 1789 e a revolução americana de 1776 para o estabelecimento da forma social capitalista. Tais acontecimentos vinculados diretamente com a acumulação primitiva içou a burguesia para a posição de classe dominante da nova estrutura social.

O processo da gênese do capital ocorrido nessas nações, sobretudo na Inglaterra é definido enquanto desenvolvimento clássico do modo de produção capitalista, Lenin direciona sua análise para um processo em destaque no final do século XIX, o caso da Alemanha, que surgia como um novo paradigma no debate sobre o desenvolvimento capitalista, visto que antes da unificação alemã na década de 70 do século XIX, a Alemanha era caracterizada enquanto uma região atrasada e com problemas em sua unidade nacional, mas durante a segunda metade do século XIX o território germânico emergiu como uma das grandes potências capitalistas sem que houvesse mudanças sociais profundas como nos países de desenvolvimento clássico, é

mediante o conceito de via prussiana que Lenin busca demonstrar que o percurso de desenvolvimento do capitalismo não é único, sobre essa questão, Massuia afirma:

(...) o que ocorre são processos em que a modernização capitalista se dá com a conservação das classes dominantes ocupando as posições de privilégio na sociedade, pois inviabilizado o processo de aliança entre a burguesia e as classes subalternas – estratégia está entendida, pelo caráter conservador que a própria burguesia adquire, como perigosa. Ou seja, nesses casos, não há derrubada de uma classe social que é representante do velho regime e sua substituição por uma nova classe, portadora de ideais revolucionários e libertários – como ocorre na França, em que a burguesia prometia a realização dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. (MASSUIA, 2019, p.33).

Já para Carlos Nelson Coutinho:

Ao invés das velhas forças e relações sociais serem extirpadas através de amplos movimentos populares de massa, como é característico da “via francesa” ou da “via russa”, a alteração social se faz mediante conciliações entre o novo e o velho, ou seja, tendo-se em conta o plano imediatamente político, mediante um reformismo “pelo alto” que exclui inteiramente a participação popular. (COUTINHO, 1974, p. 23)

Os trechos acima de Massuia e Coutinho evidenciam o caráter do conceito de via prussiana de Lenin, o desenvolvimento capitalista na Alemanha foi realizado com a conservação da aristocracia rural prussiana, não houve enfrentamento direto entre a burguesia em ascensão e as nobrezas absolutistas como ocorreu na Inglaterra e França, ou seja, não houve uma revolução de caráter burguês no caso alemão. Algo importante a ressaltar é que a gênese do capital já tinha sido realizada anteriormente, as especificidades nacionais alemãs em conjunto com esse fato levaram a um desenvolvimento capitalista distinto naquele país em comparação com os países pioneiros do capital. O processo caracterizado pela conservação da aristocracia rural e das relações sociais vigentes que não incluía a participação das camadas populares no processo histórico foi designado por Carlos Nelson Coutinho no trecho anterior como um reformismo “pelo alto”.

Apesar do conceito de via prussiana ser oriundo dos estudos de Lenin, Chasin (2019) afirma que a discussão sobre as especificidades do atraso alemão é algo mais antigo, de acordo com o autor, Marx demonstra essa questão no seguinte trecho do texto *Crítica do Programa de Gotha* (1875)

A “sociedade atual” é a sociedade capitalista que existe em todos os países civilizados, mais ou menos expurgada de elementos medievais, mais ou menos modificada pela evolução histórica particular de cada país, mais ou menos desenvolvida. O “estado atual”, pelo contrário, muda com a fronteira. É diferente no Império prussiano-alemão e na Suíça, na Inglaterra e nos Estados Unidos. O “estado atual” é, pois, uma ficção. No entanto, os diversos estados dos diversos países civilizados, não obstante a múltipla diversidade das suas formas, têm todos em comum o fato de que assentam no terreno da sociedade burguesa moderna, mais ou menos desenvolvida do ponto de vista capitalista. É o que faz que certos caracteres essenciais lhes sejam comuns. Neste sentido, pode falar-se do “estado atual” tomado como expressão genérica, por contraste com o futuro em que a sociedade burguesa, que no

presente lhe serve de raiz, terá deixado de existir. (MARX, 1971, p.29-30 Apud: CHASIN, 2019, p.132.).

A partir disso, Chasin entende que

(...) no fragmento da Crítica inicialmente citado, há algo mais, um outro aspecto que nos interessa muito de perto: a sociedade pode se apresentar mais ou menos desenvolvida do ponto de vista capitalista, mais ou menos expurgada de elementos pré-capitalistas, mais ou menos modificada pelo processo histórico particular de cada país. De maneira que há modos e estágios de ser, no ser e no ir sendo capitalismo, que não desmentem a anatomia, mas que a realizam através de concreções específicas. (CHASIN, 2019, p.133).

Podemos destacar que para Chasin, apesar de Marx não ter vivido integralmente a ascensão capitalista na Alemanha que se torna uma potência industrial no início do século XX, Marx compreende que o avanço da forma de produção capitalista não é realizado de maneira rígida e unilateral, mas que “diante de uma totalidade anatomicamente ordenada e em processo, apta e obrigada a colher o particular concreto.” (CHASIN, 2019, p 133.).

A via prussiana do desenvolvimento capitalista representa uma forma específica e tardia de desenvolvimento, caracterizada pela conciliação entre as estruturas emergentes e aquelas em declínio. Sendo uma mudança conduzida “de cima”, sua configuração político-social é completamente diferente do desenvolvimento do capitalismo clássico, Chasin afirma que

Nesta transformação "pelo alto" o universo político e social contrasta com os casos clássicos, negando-se de igual modo ao progresso, gestando, assim, formas híbridas de dominação, onde se "reúnem os pecados de todas as formas de estado (CHASIN, 2019, p.137).

Lenin, ao mostrar o problema da transformação da propriedade agrária durante a transição do feudalismo russo para a forma social capitalista, analisa em uma parte do texto *O programa agrário da social-democracia na primeira revolução russa (1905-1907)*, certas diferenças na forma de desenvolvimento do capitalismo ocorridas nos Estados Unidos e na Alemanha, segundo o autor:

(...) As formas desse desenvolvimento podem ser duas. Os restos do feudalismo podem desaparecer, quer mediante a transformação dos domínios dos latifundiários quer mediante a destruição dos latifúndios feudais, isto é, por meio da reforma ou por meio da revolução. O desenvolvimento burguês pode-se verificar-se tendo à frente as grandes propriedades dos latifundiários, que paulatinamente se tornarão cada vez mais burguesas, que paulatinamente substituirão os métodos feudais de exploração pelos métodos burgueses; e pode-se verificar-se também, tendo à frente também as pequenas explorações camponesas, que, por via revolucionária, extirparão do organismo social essa “excrescência” dos latifúndios feudais, e sem eles, desenvolver-se-ão livremente pelo caminho da agricultura capitalista dos granjeiros (farmer). (LENIN, 1980, p.29-30).

Adiante, Lenin continua:

A esses dois caminhos do desenvolvimento burguês objetivamente possíveis, chamaríamos de caminho do tipo prussiano e caminho do tipo norte americano. No

primeiro caso, a exploração feudal do latifundiário transforma-se lentamente em uma exploração burguesa-junker (Latifundiários nobres prussianos), condenado os camponeses a decênios inteiros da mais dolorosa expropriação e do mais doloroso jugo, ao mesmo tempo em que se distingue uma pequena minoria de “grossbauers” (lavradores abastados). No segundo caso, ou não existem domínios latifundiários ou são liquidados pela revolução, que confisca e fragmenta as propriedades feudais. Nesse caso predomina o camponês, que passa a ser o agente exclusivo da agricultura e vai evoluindo até converter-se no granjeiro capitalista. No primeiro caso, o conteúdo fundamental da evolução é a transformação do feudalismo em sistema usurário e em exploração capitalista das terras dos feudais/latifundiários/junkers. No segundo caso, o conteúdo está na transformação do camponês patriarcal em granjeiro capitalista. (LENIN, 1980, p.30).

Massuia (2019) salienta que Lenin estuda de forma cuidadosa a forma de capitalismo na Alemanha para aprofundar sua compreensão do desenvolvimento do capitalismo, dessa forma Lenin conseguiria analisar e esclarecer o caso da Rússia, entretanto Lenin faz mais do que isso, e abre a possibilidade de uma reflexão mais ampla sobre certos aspectos do desenvolvimento capitalista segundo Massuia:

(...) as indicações de Lenin cremos, extrapolam esse espaço geográfico na medida em que lança as bases para uma reflexão mais ampla sobre as consequências e possíveis desdobramentos do desenvolvimento “retardatário” do capitalismo nos contextos nacionais. (MASSUIA, 2019, p.34).

Ainda a respeito da questão agrária, Lenin retoma Marx em *O Capital* e destaca que:

Marx assinalava já no tomo III de *O Capital* que a forma de propriedade agrária que o modo de produção capitalista encontra na história, ao começar a desenvolver-se, *não corresponde* ao capitalismo. O próprio capitalismo *cria* para si as formas correspondentes, partindo das velhas formas de posse da terra: latifundiária-feudal, a camponesa comunal, a gntilica etc. (LENIN, 1980, p.63.).

Adiante, Lenin demonstra as formas específicas de desenvolvimento das estruturas capitalistas na Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos. Dessa maneira é possível compreender a magnitude das especificidades nacionais agrárias e como as transformações capitalistas avançaram nos territórios estadunidense e alemão após o advento da gênese do capital na Inglaterra.

(...) Na Alemanha, a transformação das formas medievais de propriedade agrária se processou, por assim dizer, pela via reformista, adaptando-se à rotina, à tradição, às propriedades feudais que se foram transformando lentamente em fazendas de Junkers. (...) Na Inglaterra, a transformação foi revolucionária, violenta, mas a violência sendo empregada em benefício dos latifundiários, sendo exercidas sobre as massas camponesas, que foram esgotadas com os tributos, expulsas das aldeias, desalojadas, que se foram extinguindo ou emigraram. Na América do norte, a transformação foi violenta em relação às propriedades escravagistas dos estados do sul. Exerceu-se ali a violência contra os latifundiários feudais. Suas terras foram fracionadas; a grande propriedade agrária feudal se converteu em pequena propriedade burguesa. (LENIN, 1980, p.63).

É preciso destacar que ao concentrar sua análise no caso do território russo, Lenin esclarece que a economia latifundiária na Rússia avançou em direção a forma de desenvolvimento capitalista

Substituindo gradualmente o pagamento em trabalho pelo “trabalho assalariado livre”, o afolhamento de três ciclos pelo cultivo intensivo e os velhos utensílios agrícolas dos camponeses pelos modernos instrumentos das grandes explorações privadas. (LENIN, 1980, p.32)

Uma vez que a transformação do avanço dos latifúndios em direção ao capitalismo é inquestionável, Lenin afirma que:

A economia camponesa também *evoluiu no sentido capitalista*, fazendo surgir por um lado a burguesia rural, e por outro, o proletariado rural. (...) portanto, vemos por toda parte duas correntes de evolução agrária, a luta entre os interesses dos camponeses e os dos latifundiários que domina toda a história da Rússia na época posterior à reforma e constitui a base econômica mais importante de nossa revolução, é a luta ou por um ou outro tipo de evolução agrária burguesa. (...) A chave da luta está nos latifúndios feudais. Sua evolução capitalista está fora de discussão, mas ela é possível sob duas formas: sob a forma de eliminação, de destruição revolucionária dos mesmos pelos camponeses, granjeiros; e sob a forma de transformação gradual de propriedades de tipo *junker*. (LENIN, 1980, p.32-33).

É possível compreender que a partir do desenvolvimento do capitalismo mundial, já em sua fase imperialista, criou-se condições para que a Rússia pudesse seguir o caminho da via prussiana. Esse caminho, representaria a alternativa para evitar uma explosão social e assegurar a transição ao capitalismo, preservando intactas as estruturas sociais e o poder político entre a aristocracia czarista e a burguesia em ascensão. Embora o possível desenvolvimento da via prussiana na Rússia aparentar ser um processo historicamente progressista, Lenin destaca com sua análise que esse caminho seria o mais prejudicial e brutal à classe trabalhadora, visto que o proletariado teria que suportar os custos da manutenção do bloco de poder dominante. Por fim é preciso destacar que a Lenin faz sua análise sobre o possível desenvolvimento da via prussiana na Rússia antes dos eventos da revolução de 1917, com o a organização dos eventos revolucionários, a Rússia seguiu sua própria via.

3.4. Breves considerações a respeito do desenvolvimento desigual e combinado em Trotsky.

A partir da análise da realidade, sobretudo os eventos das revoluções russas de 1905, fevereiro de 1917 e outubro de 1917 Trotsky elaborou uma teoria a respeito da existência de um caráter específico das sociedades capitalistas consideradas atrasadas ou periféricas. Dentro

da perspectiva do pensador, países definidos como “coloniais” ou “semicoloniais” em hipótese alguma precisavam ou poderiam experienciar a uma etapa democrática burguesa, visto que os processos históricos dessas nações estão vinculados ao complexo do capitalismo internacional, dessa forma, esses países não poderiam realizar a mesma linha histórica da Inglaterra, França, Holanda e Estados Unidos, países pioneiros dentro processo da gênese do capital, e cujo a revolução burguesa ficou caracterizada como clássica.

É preciso destacar que Trotsky não elaborou uma obra dedicada ao estudo do desenvolvimento desigual e combinado, segundo Felipe Demier, foi a partir da análise de eventos como as revoluções russas que o autor estruturou esse conceito, ademais Trotsky não nomeou seu pensamento enquanto “*lei do desenvolvimento desigual e combinado*”, ele se referia as especificidades do avanço capitalista nos países tardios como lei do desenvolvimento combinado. O pensador trotskista estadunidense George Novack que nomeou o conceito em sua obra *A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade*.

A teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky esclarece que países “coloniais” e “semicoloniais” cujo desenvolvimento do modo de produção capitalista é extremamente retardatário não poderiam percorrer o mesmo caminho trilhado pelas nações pioneiras do capitalismo, essas nações coloniais e semicoloniais estão de acordo com Trotsky completamente submetidos ao imperialismo, dessa forma não há possibilidade de se realizar uma fase revolucionária/democrática que estaria interposta entre o domínio imperialista e a conquista do poder político pela classe trabalhadora. É importante destacar que os países que realizaram suas revoluções burguesas de forma atrasada como Alemanha e a Itália já não foram capazes de reproduzir o mesmo curso das nações pioneiras, Lenin, por exemplo já havia percebido tal advento, expresso em seu conceito de via prussiana.

Trotsky já diferenciava dentro do complexo das nações atrasadas, as que trilharam o curso da “revolução” burguesa no instante em que o imperialismo ainda não estava constituído plenamente, e apesar de tardios alguns desses países como a Alemanha e Itália, conseguiram alcançar elevado grau de desenvolvimento de suas forças produtivas, sendo assim, na ótica técnica e industrial se tornaram países comparáveis aos pioneiros do capital, mas em termos históricos não fazem parte do desenvolvimento clássico do capitalismo visto que possuem suas próprias especificidades nacionais. As nações mais atrasadas do que essas são caracterizadas pelo seu desenvolvimento capitalista ocorrer dentro do imperialismo já consolidado. Com base nessa perspectiva, apesar de todos serem países caracterizados pelo desenvolvimento atrasado do modo de produção capitalista em relação as nações pioneiras, existiria grandes divergências entre aqueles que obtiveram avanços industriais durante a segunda metade do século XIX e os

países mais atrasados, que apenas obtiveram desenvolvimento das relações e forças produtivas do capital no momento em que o imperialismo já era um fenômeno dado, tais nações se desenvolveram submetidas ao imperialismo.

Os países tardios para Trotsky, possuem especificidades históricas que marcaram desenvolvimento capitalista em seus interiores caracterizadas pela assimilação de aspectos modernos do capitalismo ao mesmo tempo que as condições materiais e os aspectos culturais ainda tinham relação com formas sociais anteriores ao capitalismo, é necessário destacar que essas particularidades estão vinculadas com o desequilíbrio da velocidade do desenvolvimento do capitalismo na esfera internacional, tema analisado por Lenin. A assimilação de tecnologias, aspectos políticos e culturais existindo de maneira simultânea com relações sociais anteriores a forma social capitalista demonstra o complexo dialético que caracteriza a teoria do desenvolvimento desigual e combinado.

Esta perspectiva mais complexa, não somente econômica e técnica, mas também cultural e política, permite a Trotsky escapar à concepção evolucionista que fazia da história uma sucessão de etapas rigidamente pré-determinadas e de esboçar uma visão dialética do desenvolvimento histórico através de saltos súbitos e de fusões contraditórias. (LOWY, 1995, p.77).

A respeito do caráter histórico específico russo que culminou na revolução de 1905, Trotsky destaca que:

Seria um erro grave simplesmente igualar nossa revolução com os acontecimentos dos anos 1789-1793 ou do ano 1848. Analogias históricas, pelas quais o liberalismo vive e das quais se nutre, não podem substituir a análise social. A revolução russa tem um caráter todo específico representando a soma de todas as particularidades da nossa evolução histórica e social e descobrindo diante de nós, por seu turno, perspectivas históricas inteiramente novas. (TROTSKY, 2010, p.38).

Na compreensão de Trotsky, as particularidades do avanço capitalista nas nações extremamente tardias, ou seja, aquelas em que o desenvolvimento do capital ocorre após a consolidação do imperialismo, estão vinculadas com a formação e as relações entre as classes sociais, tais relações estruturam no pensamento do autor o caráter da revolução e os sujeitos revolucionários nas nações extremamente tardias. Como dito anteriormente, foi mediante a configuração das relações sociais na Rússia, sobretudo, aos adventos das revoluções russas que Trotsky elaborou a lei do desenvolvimento desigual e combinado, em 1906, através da obra *Balanço e perspectivas*, o autor demonstrou compreender que apenas por meio da ditadura do proletariado seria possível realizar as pendências democráticas no país deixadas de lado pelos representantes da contrarrevolução burguesa russa.

Em razão das especificidades da sociedade russa estudada por Trotsky como a decadência tardia da forma social de corveia e a origem dos aspectos capitalistas, determinadas

tarefas históricas atrasadas, por exemplo, a reforma agrária, são na perspectiva de Trotsky impossíveis de se realizar na esfera capitalista, uma vez no poder, o proletariado deve realizar tanto as tarefas históricas atrasadas quanto as necessárias para o avanço socialista, entretanto a construção desse curso apenas seria realizado com o sucesso por meio da vitória da classe trabalhadora no âmbito internacional, sendo assim a Rússia jamais poderia passar por uma etapa democrática transitória, de acordo com Trotsky:

Uma vez no poder, o proletariado não quer e nem pode se limitar ao marco de um programa democrático-burguês. A revolução só poderá ser levada a cabo se a revolução russa se converter em uma revolução do proletariado europeu. Então, será superado o programa democrático burguês da revolução, junto com o seu marco nacional, e a dominação política temporária da classe trabalhadora russa irá se prolongar até uma ditadura socialista permanente. (TROTSKY, 2010, p.29).

Diferente de Lenin, Trotsky não analisa o avanço do capitalismo na Rússia com base no campesinato e sim em como a Rússia está atrelada a configuração do capitalismo financeiro, dessa forma o autor compreende a formação socioeconômica russa enquanto um complexo periférico do capitalismo mundial. A assimilação de elementos modernos do capital estrangeiro era para Trotsky ao mesmo tempo a causa e a fraqueza da burguesia oriunda da Rússia.

Uma vez que a Rússia é uma nação considerada atrasada por Trotsky, o autor interpreta que durante a segunda parte do século XIX, o capitalismo europeu avançou em direção ao país sob a forma do capital financeiro. Reproduzir a forma clássica do capital era impossível na Rússia visto que a gênese do capital já havia ocorrido, além das especificidades daquele momento histórico e da própria Rússia, por essa razão o capitalismo na Rússia emerge pulando as intermediárias de seu crescimento clássico como a manufatura e se manifesta diretamente por meio das grandes indústrias, Trotsky salienta que tal processo também acontece no âmbito da urbanização visto que ela avançou em conjunto com o desenvolvimento do capital europeu na Rússia.

4. COMENTÁRIOS A RESPEITO DE DIFERENTES INTERPRETAÇÕES DAS FORMAS CONTEMPORÂNEAS DE EXPROPRIAÇÃO

4.1. Breves considerações sobre Rosdolsky e Rosa Luxemburgo

O seguinte capítulo busca comentar sobre o debate a respeito das formas de acumulação permanente contemporâneas e indicar interpretações de como atuam no Brasil, de acordo com as especificidades do país. Dessa forma, considerando que a forma social capitalista necessita combinar tipos de violências diretas com violências indiretas para a sua existência, a acumulação primitiva tratada por Marx enquanto gênese do capital é caracterizada sobretudo pela força, expropriações das terras camponesas, leis com o fim estabelecer a exploração do trabalho, a usura, a colonização etc. Tendo em vista que o seguinte trabalho compreende a acumulação primitiva como processo permanente e continuado, nas sociedades capitalistas dos séculos XX e XXI, o capital emprega métodos sistemáticos e análogos a acumulação primitiva exposta por Marx, ademais é necessário ressaltar que tais métodos possuem suas próprias especificidades históricas, ou seja, as vias de desenvolvimento capitalista estão articuladas com as formas de expropriações, visto que a lógica por trás acumulação primitiva, embora seja um processo permanente, tem especificidades de acordo com via de desenvolvimento

Autores marxistas ao longo dos anos, buscaram expor o caráter permanente das formas de acumulação do capital, Rosdolsky (2001, p.234) no texto *Gênese e estrutura de o capital* defende que a acumulação primitiva não é um momento isolado na história do modo de produção capitalista e sim “um elemento constituinte da relação capitalista e está ‘contida no conceito de capital’”. Sendo assim, acumulação primitiva analisada por Marx em *O Capital*, ao decorrer das décadas torna-se processo permanente para o autor. Rosdolsky afirma que o capítulo XXIV de *O Capital* é tratado com frequência como uma digressão de Marx, um capítulo com importância histórica, mas sem relação com a análise econômica, o que de acordo com o autor é um argumento falso.

É claro que, antes de o modo de produção capitalista se impor, foi necessário desfazer a unidade original entre os produtores e as condições de produção; os primeiros, perdendo a posse dessas condições de produção, e, portanto, de seu “fundo de trabalho”, também perderam “a função de acumular”. Desse ponto de vista, a acumulação primitiva é um elemento constituinte da relação capitalista e está “contida no conceito de capital”. Não decorre daí, no entanto, que tenhamos de considerar o processo de separação entre os trabalhadores e os meios de produção, que constitui a essência dessa acumulação, como um fato concluído para sempre, mergulhado na história. (ROSDOLSKY, 2001, p. 234).

Além disso, Rosdolsky afirma que se por um lado a transformação do dinheiro em capital pressupõe o processo histórico da acumulação primitiva, por outro, o efeito do capital e de seu processo se caracteriza por submeter a produção, desenvolver e expandir para todas as

direções a separação entre trabalho e propriedade, entre o trabalho e as condições objetivas do trabalho, retomando ao pensamento de Marx, Rosdosky reconhece que

(...) o avanço posterior do modo de produção capitalista não provoca apenas a paulatina destruição do trabalho artesanal, da pequena propriedade da terra de trabalho etc., mas também faz com que “os grandes capitalistas abocanhem os pequenos, pela descapitalização destes”. Novamente nos vemos diante do mesmo processo de separação que “se inaugura com a acumulação primitiva, (...) aparece depois como processo permanente na acumulação e concentração do capital e, finalmente, se manifesta como centralização dos capitais já existentes em poucas mãos, com descapitalização de muitos capitalistas”. Um processo que só chegará ao fim com a eliminação do próprio capitalismo, ou seja, a restauração da unidade original entre os produtores e as condições de produção. (MARX *apud* ROSDOSYKY, 2001, p. 234-235.)

Rosa Luxemburgo foi uma autora pioneira no início do século XX ao tratar sobre o processo de acumulação primitiva no capitalismo plenamente desenvolvido em sua obra *A acumulação do capital* (2024), o texto foi muito criticado com o passar do tempo, um dos principais argumentos contra a obra é a rejeição da tese estruturada pela autora, segundo Rosa, a acumulação de capital é impossível em um sistema no qual as relações capitalistas já estivessem plenamente realizadas. A autora procurava explicar a expansão do capital em sua forma imperialista por meio de uma situação de subconsumo, caracterizada por uma demanda incapaz de acompanhar o crescimento da produção material. Sobretudo, Rosa apresenta na *acumulação do capital* (2024) uma síntese sobre suas reflexões a respeito da reprodução capitalista que Marx estruturou no volume II de *O Capital*, a autora tinha como objetivo reinterpretar os aspectos da reprodução capitalista, apresentados por Marx.

Apesar das críticas a obra de Rosa, Loureiro (2015) ressalta a importância da autora no debate sobre a acumulação primitiva:

A acumulação do capital, de Rosa Luxemburgo (1913), foi criticada por várias gerações de economistas. Mesmo os que simpatizam com suas ideias reconhecem o fracasso da solução encontrada por ela para os problemas da teoria da acumulação de Marx. No entanto, existem outras leituras que deixam de lado os erros técnicos e teóricos da obra para enfatizar que Rosa Luxemburgo foi a primeira teórica marxista a compreender o capitalismo como um sistema mundial. Nessa perspectiva, ela aparece como a teórica que pela primeira vez deu lugar permanente, na civilização ocidental, aos países da periferia do capitalismo, não somente porque serviram como fonte de acumulação primitiva do capital, mas porque, desde a época da colonização até agora, foram um elemento imprescindível do desenvolvimento capitalista mundial. (LOUREIRO, 2015, p. 97).

Loureiro (2015), destaca que a grande contribuição de Rosa está no fato da autora expõe em sua obra compreender que as pilhagens ocorridas nos países coloniais por meio dos europeus não era um episódio isolado do processo de constituição do capitalismo clássico, visto que continuaram acontecendo durante o final do século XIX. Apesar das discussões propostas por

Rosa aparentam ser ultrapassadas, é preciso refletir que foi com base em sua obra que Harvey desenvolveu o conceito de acumulação por espoliação.

Rosa chega à seguinte conclusão em sua proposta “na realidade não houve nem há uma sociedade capitalista que se baste por si mesma, na qual domine exclusivamente a produção capitalista” (LUXEMBURGO, 2024, p.309). De acordo com a autora alemã, o processo que envolve a acumulação de capital, precisa ser separado em dois pontos, um deles, ocorre nos centros produtores de mais-valia como fábricas, minas, propriedades agrícolas e no mercado.

(...) Nesse nível, a paz, a propriedade e a igualdade reinam como formas, e faz-se necessária a dialética apurada de uma análise científica para descobrir como por meio da acumulação o direito de propriedade se transforma em apropriação da propriedade alheia, a troca em exploração e a igualdade em dominação de classe. (LUXEMBURGO, 1984, p. 86).

Já o segundo aspecto, são as relações entre o capital e as formas de produção não capitalistas

(...) Seu palco é o cenário mundial. Como métodos da política colonial reinam o sistema de empréstimos internacionais, a política das esferas de influência e as guerras. Aí a violência aberta, a fraude, a repressão e o saque aparecem sem disfarces, dificultando a descoberta, sob esse emaranhado de atos de violência e provas de força, do desenho das leis severas do processo econômico (LUXEMBURGO, 1984, p. 86).

Com base nessas concepções de Rosa, de acordo com Miguel (2018), David Harvey estruturou sua análise na obra *O novo imperialismo* (2003), como uma “espécie de duplo aspecto de acumulação de capital”:

Na contemporaneidade, David Harvey parte desta concepção de Rosa Luxemburgo, apresentando-a como uma espécie de “duplo aspecto” de acumulação do capital, dois momentos distintos, com a finalidade de formular a teoria de “acumulação por espoliação”. Contudo, o que Rosa enxerga enquanto processos dialéticos, Harvey os separa. A esse respeito, Loureiro (2015) explica que para atualizar a concepção de Rosa Luxemburgo, Harvey cita a passagem em que ela se refere à acumulação do capital como apresentando dois aspectos distintos: um, “formalmente pacífico”, realizado nos centros de produtores de mais-valia; e o outro, que se realiza “entre o capital e as formas de produção não capitalistas”, zonas onde as relações capitalistas ainda não foram estabelecidas. (MIGUEL, 2018, p.94).

4.2. As contribuições de Harvey e Virginia Fontes.

Harvey em *O novo imperialismo* (2004), explica que a amplificação da acumulação capitalista ocorrida desde a década de 1970 é resultado do processo de acumulação por espoliação. Para o autor a partir da década de 70 do século XX, a produção capitalista entra em uma crise de sobreacumulação, o que impacta diretamente nas taxas de lucro de acumulação dos grandes capitalistas.

O conceito de acumulação por despossessão/espoliação, desenvolvido pelo autor, destaca a diferença histórica entre a acumulação primitiva e a acumulação por espoliação, afirmando que a primeira através da expropriação de terras abriu o caminho para a reprodução ampliada e a sua forma espoliativa. A acumulação por espoliação é específica do atual momento histórico em razão de não atuar em vista do roubo de novas terras e sim na expropriação de espaços já existentes, para criar oportunidades lucrativas capazes de absorver excedentes de capitais não empregados, Harvey refere-se a esse fenômeno como sobreacumulação.

(...) como a acumulação por espoliação ajuda a resolver o problema da sobreacumulação? A sobreacumulação, lembremos, é uma condição em que excedentes de capital (por vezes acompanhados de excedentes de trabalho) estão ociosos sem ter em vista escoadouros lucrativos. O termo chave aqui é, no entanto, excedentes de capital. O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo. (HARVEY, 2005, p.124).

É necessário destacar que Harvey busca demonstrar mediante o conceito de acumulação por espoliação, uma ressignificação dos processos destacados por Marx no capítulo XXIV de *O Capital*, sendo assim o conceito de Harvey está vinculado com o debate sobre a acumulação primitiva, os acontecimentos expostos por Marx caracterizados pela expropriação não são exclusivos do passado da sociedade capitalista, a usurpação da propriedade social por uma minoria de expropriadores é algo contínuo e necessário para a manutenção da forma social capitalista Harvey (2005, p.121) afirma que “Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias.” Ao ressignificar o conceito de acumulação primitiva, Harvey contribui diretamente a interpretação de que enquanto houver capitalismo, haverá formas de espoliação, sejam pela expropriação de terras analisadas por Marx no período histórico da gênese capitalista ou mediante os mecanismos contemporâneos de espoliação.

A tese de Harvey é estruturada com base na proposta de Rosa Luxemburgo, o “duplo aspecto” de acumulação do capital. De acordo com Rosa Luxemburgo (1984), uma determinada forma capitalista sempre dependerá de níveis de violência “extraeconômica” e “não capitalista” para conseguir se reproduzir. Com base nessa proposta, Segundo Miguel (2018), Harvey compreende que o capitalismo não pode se reproduzir sem essa distinção geográfica, entre áreas capitalistas e áreas não capitalistas, sendo assim, a relação dialética entre a reprodução ampliada de capital e acumulação primitiva é substancial para a reprodução.

(...) a acumulação primitiva envolve a apropriação e a cooptação de realizações culturais e sociais preexistentes, bem como o confronto e a supressão. (...) Alguns dos mecanismos da acumulação primitiva que Marx enfatizou foram aprimorados para desempenhar hoje um papel bem mais forte do que no passado. O

sistema de crédito e o capital financeiro se tornaram, como Lenin, Hilferding e Luxemburgo observaram no começo do século XX, grandes trampolins de predação, fraude e roubo. A forte onda de financeirização, domínio pelo capital financeiro, que se estabeleceu a partir de 1973 foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório. (HARVEY, 2005, p.122).

O fenômeno estudado por Harvey ocorre com maior frequência a partir da década de 70 do século XX, o autor argumenta que o avanço do processo de acumulação por espoliação acontece de maneira simultânea ao início da fase imperialista neoliberal, o que não é uma coincidência no pensamento de Harvey e sim uma relação entre essa forma de espoliação e as ações políticas do neoliberalismo:

A acumulação por espoliação se tornou cada vez mais acentuada a partir de 1973, em parte como compensação pelos problemas crônicos de sobreacumulação que surgiram no âmbito da reprodução expandida. O principal veículo dessa mudança foi a financialização e a orquestração, em larga medida sob a direção dos Estados Unidos, de um sistema financeiro internacional capaz de desencadear de vez em quando surtos de brandos a violentos de desvalorização e de acumulação por espoliação em certos setores ou mesmo em territórios inteiros. Mas a abertura de novos territórios ao desenvolvimento capitalista e a formas capitalistas de com portamento de mercado também teve sua função, o mesmo ocorrendo com as acumulações primitivas de países (como a Coreia do Sul, Taiwan e, agora, de maneira ainda mais dramática, a China) que procuraram inserir-se no capitalismo global como participantes ativos. Para que tudo isso ocorresse, era necessário, além da financialização e do comércio mais livre, uma abordagem radicalmente distinta da maneira como o poder do Estado, sempre um grande agente da acumulação por espoliação, devia se desenvolver. O surgimento da teoria neoliberal e a política de privatização a ela associada simbolizaram grande parcela do tom geral dessa transição. (HARVEY, 2005, p. 129).

A proposta de Harvey é aperfeiçoar visando o desenvolvimento capitalista contemporâneo as análises tratadas por Marx sobre a acumulação primitiva. Sendo assim é preciso ressaltar que os processos estudados por Harvey apesar de estarem vinculados a acumulação primitiva são específicos da forma capitalista contemporânea, da mesma maneira que a análise de Marx é específica ao processo da gênese do capital, a partir disso, Harvey afirma que “a acumulação primitiva que abre caminho à reprodução expandida é bem diferente da acumulação por espoliação, que faz ruir e destrói um caminho já aberto.” (Harvey, 2004, p.135).

É claro, que nos estudos de Marx a respeito da acumulação primitiva não continham as formas de expropriações específicas tratadas por Harvey, visto que ele tratou daquilo que era possível e que estava dentro de sua realidade no momento histórico em que viveu. Apesar de ser impossível de especificar as expropriações contemporâneas, Marx aponta em direção a tendências que hoje são comprovadas por outros autores, em sua obra, Harvey pontua algumas dessas expropriações contemporâneas:

(...) Foram criados também mecanismos inteiramente novos de acumulação por espoliação. A ênfase nos direitos de propriedade intelectual nas negociações da

OMC (o chamado Acordo TRIPS) aponta para maneiras pelas quais o patenteamento e licenciamento de material genético, do plasma de sementes e de todo tipo de outros produtos podem ser usados agora contra populações inteiras cujas práticas tiveram um papel vital no desenvolvimento desses materiais. A biopirataria campeia e a pilhagem do estoque mundial de recursos genéticos caminha muito bem em benefício de umas poucas grandes companhias farmacêuticas. A escalada da destruição dos recursos ambientais globais (terra, ar, água) e degradações proliferantes de habitats, que impedem tudo exceto formas capital-intensivas de produção agrícola, também resultaram na mercadificação por atacado da natureza em todas as suas formas. A transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual envolve espoliações em larga escala (a indústria da música é notória pela apropriação e exploração da cultura e da criatividade das comunidades). A corporativização e privatização de bens até agora públicos (como as universidades), para não mencionar a onda de privatizações (da água e de utilidades públicas de todo gênero) que tem varrido o mundo, indicam uma nova onda de “expropriação das terras comuns”. (HARVEY, 2005, p. 123).

Dessa forma, podemos compreender que na interpretação de Harvey os processos da acumulação primitiva expostos no estudo de Marx, estão vinculados a mecanismos novos de mercantilização da vida específicos da década de 70 do século XX em diante, compõe o que Harvey denomina como acumulação por espoliação. Outro aspecto fundamental na teoria de Harvey é o capital financeiro na visão do autor, uma vez que:

Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos de dívida que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisioneiros da dívida, para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos (a dilapidação de recursos de fundos de pensão e sua dizimação por colapsos de ações e corporações) decorrente de manipulações do crédito e das ações — tudo isso são características centrais da face do capitalismo contemporâneo. (...) temos de examinar sobretudo os ataques especulativos feitos por fundos derivativos e outras grandes instituições do capital financeiro como a vanguarda da acumulação por espoliação em épocas recentes. (Harvey, 2005, p.123).

Harvey recorda que a privatização e a liberalização do mercado foram os principais focos dos movimentos feitos pelo neoliberalismo, essa estratégia segundo o autor fez com que as práticas relacionadas a acumulação por espoliação ficassem no cerne do neoliberalismo:

O veículo primário da acumulação por espoliação tem sido, por conseguinte a abertura forçada de mercados em todo o mundo mediante pressões institucionais exercidas por meio do FMI e da OMC, apoiada pelo poder dos Estados Unidos (e, em menor grau, pela Europa) de negar acesso ao seu próprio mercado interno aos países que se recusam a dismantelar suas proteções. Nada disso teria, entretanto, assumido a importância que hoje tem caso não tivessem surgido problemas crônicos de sobreacumulação de capital por meio da reprodução expandida, a que se associou uma recusa política de tentar uma solução para esses problemas por meio da reforma interna. O aumento de importância da acumulação por espoliação como resposta a isso, simbolizado pela ascensão de uma política internacionalista de neoliberalismo e privatização, se acha vinculado com a visitação de surtos periódicos de desvalorização predatória de ativos numa ou noutra parte do mundo. E esse parece ser o cerne da natureza da prática imperialista contemporânea. Em suma, a burguesia norte-americana redescobriu aquilo que a burguesia britânica descobriu nas três últimas décadas do século XIX. (HARVEY, 2005, p. 148.).

Além de demonstrar a posição central da acumulação por espoliação no neoliberalismo, no trecho acima, Harvey afirma que essa forma de espoliação é uma resposta a crises de sobreacumulação do capital, quando ocorre quedas substanciais na taxa de lucro. Na interpretação de Harvey o capital usa de três estratégias para enfrentar as crises, todas elas associadas a forma de acumulação por espoliação:

(1) o “projeto neoliberal de privatizações”, (2) o barateamento das matérias-primas com o objetivo de reduzir o preço dos insumos e aumentar as taxas de lucratividade, e (3) a desvalorização dos ativos e da força de trabalho existentes, uma vez que “[...] Esses ativos desvalorizados podem ser vendidos a preço de banana e reciclados com lucro no circuito de circulação do capital pelo capital sobreacumulado” (HARVEY apud MIGUEL, 2018, p.107).

Miguel (2018) afirma que no pensamento de Harvey, o estado tem participação crucial tanto no apoio quanto na produção dos aspectos que proporcionam e impulsionam a acumulação por espoliação, além disso esses aspectos:

(...) encontram-se no sistema de crédito e no capital financeiro, pois eles permitem, entre outras coisas, dilapidação de ativos, valorizações fraudulentas, falsos esquemas de enriquecimento e o aprisionamento de populações inteiras montantes de dívidas estatais. Para o autor, o sistema de crédito e o capital financeiro tornaram-se importantes meios de predação e fraude. (...) O discurso neoliberal de privatização, de desregulação e flexibilização, compõe a tríade político-econômica da acumulação por espoliação, disseminada há décadas por meio de instituições multilaterais e Estados, aqui entendidos enquanto agentes mediadores dos processos de expropriação. (MIGUEL, 2018, p.106).

Por fim, as formulações de Harvey a respeito da acumulação por espoliação trazem contribuições ao debate sobre os processos de expropriações mais recentes, além de fazer uma ponte com a acumulação primitiva em Marx e buscar compreender as novas formas de espoliação específicas do capitalismo do século XX em diante.

Virginia Fontes em sua obra *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história* (2010) tem enquanto objetivo entender a forma específica do capitalismo e imperialismo na contemporaneidade e qual é a função do Brasil nesse cenário. Miguel, ressalta que:

A partir dos estudos de Marx, a autora busca investigar o processo de concentração de recursos sociais e a recriação permanente dos processos de expropriações, que configura as bases de expansão do capital imperialismo contemporâneo. (MIGUEL, 2018, p.111).

A autora, estrutura sua proposta com base em III de *O Capital*, segundo Fontes é no terceiro livro, que Marx:

(...) desenvolve uma sofisticada argumentação sobre o processo de concentração de capitais já então em curso, e esmiúça como atua a tendência capitalista à concentração da pura propriedade. Desafiando o senso comum, aponta as enormes contradições desse processo: o relativo isolamento dos grandes proprietários de capital monetário (portador de juros) diante do capital funcionante (extrator de

mais-valor) não significa a redução deste último, mas sua maior expansão. (FONTES, 2010, p.21).

Miguel (2018) destaca que a obra de Fontes não trata especificamente do debate a respeito dos processos de expropriação, visto que a autora pesquisa sobre as formas do imperialismo contemporâneo, e assim concentra sua análise no processo de exportações de capitais brasileiros e a transnacionalização de empresas, sobretudo o que ocorre nos países da América do Sul. “a autora tenta captar a forma específica pela qual a economia nacional, ao internacionalizar-se, assume as características do capital-imperialismo. Este processo, no Brasil, teria ganho impulso significativo a partir dos anos 2000.” (MIGUEL, 2018, p.111). entretanto, apesar de não ser o centro de seus estudos, fontes elabora uma proposta relacionada ao debate, pois compreende que:

(...) O capital monetário não se limita a puncionar: precisa expandir relações sociais capitalistas. O capital assume uma configuração diretamente social, por várias razões: não é mais um proprietário controlando a “sua” produção, mas proprietários unidos apenas pela própria propriedade, e que precisam converter seu dinheiro, através de quaisquer mãos, em mais-valor. (FONTES, 2010, p.21).

Com base no trecho acima, Fontes compreende que a conversão de dinheiro em capital abarca “toda a vida social numa complexa relação que repousa sobre a produção generalizada e caótica de trabalhadores cada vez mais “livres”, expropriados de todos os freios à sua subordinação mercantil” (Fontes, 2010, p.42). Em síntese a condição substancial para transformar os âmbitos da vida social em uma forma subordinada ao capital é de acordo com a autora:

(...) a expropriação dos trabalhadores e sua separação das condições (ou recursos) sociais de produção, que corresponde a um processo histórico ao qual se superpõe, na atualidade, a exasperação dessas expropriações, através de uma disponibilização crescente da população mundial ao capital. Refiro-me à simultânea produção da base social que nutre o capital. (FONTES, 2010, p.42)

Na análise de Fontes (2010), a expropriação primária, termo usado por ela para se referir a acumulação primitiva de Marx, é permanente e aprofundado por outras formas de expropriações presentes atualmente, as expropriações secundárias, essas são de acordo com a autora impulsionadas pelo capital-imperialismo. Ademais Fontes (2010) afirma que as expropriações em si não são suficientes para explicar a totalidade das relações capitalistas, mas são substanciais para o capital visto que são condições necessárias para sua existência.

O capitalismo não pode ser reduzido ao movimento de expropriação: estas podem decorrer de situações naturais, como cataclismos, ou de conflitos que não dizem respeito diretamente às relações capitalistas (por exemplo, tribais). Em alguns casos, as expropriações não se convertem em capital (isto é, na exploração do trabalho vivo dos expropriados pelos recursos sociais concentrados dos acaparadores) (...) esquecer que das expropriações emanam as condições de possibilidade do capital

embute riscos severos. O primeiro deles é olvidar que populações expropriadas em meio a uma situação social mercantil precisam objetivamente subsistir sob o mercado e, portanto, objetiva e subjetivamente, demandam mercado e “empregabilidade” (isto é, acesso à venda da força de trabalho). Essas populações, qualquer que seja a extensão de seu consumo, de luxo ou de necessidades elementares, constituem a base de um mercado de força de trabalho ou de qualquer mercado interno, ou do mercado tout court. (FONTES, 2010, p.44).

É importante colocar em evidência, que as chamadas expropriações secundárias no pensamento de Fontes não são caracterizadas como perda de posse de meios de produção, visto que esse aspecto é especificamente o que define a expropriação primária, o que Fontes destaca em sua proposta é “forma de exasperação da disponibilidade dos trabalhadores para o mercado, impondo novas condições e abrindo novos setores para a extração de mais-valor. Este último é o ponto dramático do processo.” (FONTES, 2010, p.54). Apesar dessa diferença substancial, a autora retoma a análise da primeira expropriação e afirma que os processos de expropriação contemporâneos possuem uma certa semelhança em alguns aspectos, os novos processos em parte se assemelham ao que ocorreu na Inglaterra entre os séculos XVI e XVII, com a extinção de direitos comunais e consuetudinários. Sendo assim, é possível interpretar que Fontes aponta que a “expropriação primária, originária das massas camponesas ou agrárias da posse da terra, não se limita a um ‘momento’ da pré-história do capitalismo, mas permanece, se aprofunda e se reproduz no capitalismo contemporâneo” (MIGUEL, 2018, p. 119).

Certas expropriações secundárias, estão relacionadas com o processo de mercantilização dos direitos sociais, esses que foram conquistados historicamente através de lutas da classe trabalhadora ao longo da forma social capitalista, assim, no pensamento de Fontes as expropriações estão vinculadas a políticas sociais:

Boa parte dos procedimentos de privatização de empresas públicas experimentados nas últimas décadas assemelha-se às expropriações primárias, pois incidiram sobre bens coletivos, similares às terras comunais; porém, ocorriam também em âmbitos internos, em sociedades nas quais já vigoravam plenamente relações capitalistas, diferindo das primeiras que até então avançavam sobre populações e sociedades não integralmente capitalistas. As expropriações sobre bens coletivos ocorreram como violência e como extinção de direitos, até então consolidados através de privatizações de instituições públicas, industriais ou destinadas a prover educação, saúde, previdência social, transporte etc. (FONTES, 2010, p.60).

O conceito de capital imperialismo proposto por Fontes, diz respeito ao teor de concentração e centralização do capital e seus desdobramentos dentro da contemporaneidade, para a autora, é necessário ressaltar a contribuição marxiana no debate sobre as tendências de expansão do capital, além de incorporar as alterações que o imperialismo realizou, como Lenin fez, e compreender os aspectos específicos resultantes da expansão capitalista sob determinadas condições históricas, a respeito do capital imperialismo de Fontes, Miguel explica que:

Ao mesmo tempo em que a historiadora utiliza o termo Capital Imperialismo para retornar às formulações clássicas sobre o desenvolvimento do capital e seu estágio imperialista, busca fugir de duas concepções recorrentes sobre o imperialismo que alteram o sentido e a definição atribuído por Lenin à expansão do capitalismo: a primeira compreensão amplia excessivamente o conceito de imperialismo, ao afirmar que o capitalismo sempre teria sido imperialista (contraposto a concepção de imperialismo desenvolvida por Rosa Luxemburgo), desde os primórdios da expansão mercantilista até o começo do século XXI; e a segunda, por outro lado, restringe a abrangência do conceito a uma disposição de conduta política quase sempre identificada à de um único país em relação aos outros, chegando-se ao ponto, de o termo imperialismo identificar unicamente as práticas e as políticas econômicas de um único Estado no sistema internacional. Virginia Fontes adentra no debate sobre as novas configurações do desenvolvimento do capital, a partir da apresentação do conceito de capital imperialismo, e assim o faz, rejeitando conceitos como acumulação por espoliação, globalização, neoliberalismo, mundialização, entre outros. (MIGUEL, 2018, p.113).

É possível compreender que para Fontes a transição do imperialismo para o capital imperialismo é caracterizada pelo aumento do grau de concentração de capital, “provocando um distanciamento entre a propriedade deste capital altamente concentrado e a propriedade imediata dos meios de produção” (MIGUEL, 2018, p.114). A historiadora, entende que o capitalismo ao longo de seu desenvolvimento, precisa impor as condições de vida das pessoas e as relações capitalistas para continuar existindo, a expropriação de direitos analisada por Fontes atua enquanto aspecto complementar da mercantilização capitalista nos diversos âmbitos da vida:

Todo o conjunto da vida social se torna subordinado agora não apenas à empresa – e os grandes conglomerados subsistem, em muitos casos ainda muito mais poderosos – mas à lucratividade. A imensa escala da concentração não resulta apenas na condensação da propriedade sob a forma da empresa, ou mesmo do conglomerado multinacional: transborda para todas as atividades da vida social e, onde não existem, precisa criá-las, como, por exemplo, através da expropriação de formas coletivas de existência para convertê-las em produção de valor (saúde, educação); da expropriação da própria condição biológica humana para convertê-la em mercadoria, já dominantes nos transgênicos e nas patentes de vida, mas apenas iniciando se sobre a própria genética humana. Ambos os exemplos envolvem gigantescas empresas, porém, ao lado delas, e à sua sombra (posto que com os recursos concentrados através de inúmeras formas creditícias) expande-se o médio, o pequeno e até mesmo o autoempresariamento; as jornadas de trabalho tornam-se ilimitadas, muitos trabalhadores recebem aparentemente por produção (na fórmula clássica de Marx, o trabalho por peças), mas desprovidos de direitos e apresentados como se não mais fossem trabalhadores; a oferta expandida de crédito impõe aos seus tomadores não apenas a tarefa de atuar como capitalistas funcionantes, mas também a de atuar como geradores de mais-valor em qualquer escala, da menor à mais extensa. (FONTES, 2010, p. 203-204).

Miguel (2018) aponta alguns aspectos críticos de Fontes em relação a Harvey, apesar de a proposta de Harvey parecer se aproximar das ideias de Fontes, há diferenças importantes entre as teses “em especial a contraposição entre expropriação e espoliação e, em seguida, o

tema da produção de externalidades. Salientamos que não se trata de divergências conceituais, ou tampouco, terminológicas.” (MIGUEL, 2018, p. 125-126).

Segundo fontes, os equívocos de Harvey começam quando o autor:

(...) supõe que Marx trata a expropriação como um momento original (“primitivo”), que desaguaria em seguida na acumulação ampliada, normalizada, embora sujeita a crises. Por essa razão nomeia a situação atual de acumulação por espoliação, pois seria qualitativamente diferente da forma tradicional, produtiva e ampliada, do capital (...) Disso decorre que o capitalismo normalizado abrandaria as características especulativas e fraudulentas dos momentos “primitivos”. (FONTES, 2010, p.63)

A autora compreende que a interpretação de Harvey é problemática pois apesar de Marx realmente considerar que uma vez realizada a expropriação camponesa, “a coação econômica” normalizada” sobre os trabalhadores agora “livres” substitui a violência aberta” (FONTES, 2010, p. 63). Harvey não se atentou que Marx:

reafirma que a expansão das relações sociais capitalistas pressupõe sempre sucessivas expropriações, para além daqueles trabalhadores já “liberados” (inclusive mencionando a expropriação de capitalistas menores). Além disso, a expansão histórica do capitalismo jamais correspondeu a uma forma plenamente “normalizada”, pois nunca dispensou a especulação, a fraude, o roubo aberto e, sobretudo, as expropriações primárias, todos, ao contrário, impulsionados. A maior produtividade, ou a intensificação de uma exploração judicializada (contratual e com direitos) de força de trabalho nos países centrais, foi acompanhada de permanente expropriação a par da recriação de formas mais ou menos compulsórias de trabalho nas periferias que, não obstante, não podia mais ser considerada como externa ao capital. (FONTES, 2010, p. 63-64).

Sendo assim, nas palavras de Miguel:

Fontes compreende que a noção de duplo aspecto da acumulação apresentada por Harvey (2004), entre um capitalismo de economia “normalizada” e um capitalismo “predatório” não se sustenta. Fontes explica que a cada momento histórico, forças capitalistas dominantes (seja em países centrais ou nos demais) aproveitam-se de situações sociais, históricas e culturais díspares, subalternizando populações sob relações desiguais, mas imbricadas, utilizando ou recriando formas tradicionais como trampolim para sua expansão. (MIGUEL, 2018, p.126).

Dessa forma, Fontes destaca que a produção em massa de diversas formas de expropriação, em função da escala de concentração de capitais, não se reduziu ou “normalizou” em âmbito global. Além disso, esse fenômeno não é necessariamente resultado de uma coexistência entre nações capitalistas (“normalizadas”) e nações não capitalistas (“primitivas”), mas sim “das formas históricas da expansão desigual do capitalismo, tanto no interior de cada país, quanto entre os países.” (FONTES, 2010, p.64). em síntese, a autora explica que:

a normalização das relações capitalistas corresponde à expansão sempre mais truculenta de expropriações, tornando normalizada a existência de massas crescentes da população do planeta, necessitados da venda de sua capacidade de trabalho e, deste ponto de vista, disponíveis sem a utilização de coerção direta pelo capital que as explora. (FONTES, 2010, p. 64-65).

O outro ponto em destaque da crítica de Fontes, está “na compreensão da existência da produção de novas 'externalizações' (ou conforme seu próprio termo, novas fontes de espoliação) pelo próprio capital.” (MIGUEL, 2018, p.128). Dessa forma no pensamento da autora, Harvey adere a tese de Rosa Luxemburgo. Rosa defende que há a necessidade de uma exterioridade para que o capital possa se reproduzir. A similaridade está no fato de Harvey compreender que para confrontar e contornar pressões de sobreacumulação, o capitalismo necessita de “de um fundo de ativos fora de si mesmo” (HARVEY, 2004, p.119). por um lado, Fontes reconhece a importância da proposta de Harvey, mas ela aponta que a externalidade na teoria de Harvey é problemática:

(...) Fontes considera que a tese do geógrafo inglês é fundamental, e contribui para evidenciar a permanência do processo de expropriação na contemporaneidade, porém, também aponta algumas dificuldades em sua aceitação, em especial, no aspecto que sugere a existência de um “lado de fora” do capital. Em sua compreensão, a existência dessa externalidade, não parece convincente em um período em que a tendência mais perversa é a subordinação de todas as formas de existência humana ao capital. (MIGUEL, 2018, p. 128).

Dessa forma, Fontes afirma que:

A aparência de uma agregação ou produção de “externalidades”, ou ainda de uma atuação unilateral, como a “apropriação” ou “mercantilização”, não deve encobrir o fato de que, em todos os casos, trata-se de uma intensificação das características mais fundamentais da reprodução do capital (que não se reduz a uma forma econômica aparentemente “normalizada” em alguns períodos) e que envolve o conjunto das relações sociais. (FONTES, 2010, p. 74.).

Para defender o argumento acima, a autora cita a investida do capital sob áreas ou setores até então pouco controlados, como mares e oceanos, que apenas podem ser compreendidas enquanto relação social se recordamos que se trata de uma expropriação de um bem natural, que no passado era comum a todos. Esse exemplo segundo Fontes expõe as características das expropriações no chamado capital-imperialismo, visto que:

(...) recoloca a contradição entre expansão do capital monetário hiperconcentrado e a correlata imposição de múltiplas, e até então impensáveis, expropriações sobre o conjunto da vida social, de maneira a converter todas as atividades humanas em formas de valorização do valor, ainda que desigualmente. (FONTES, 2018, p. 74.).

A autora expõe que procurou demonstrar que as expropriações são a contraface necessária da concentração exacerbada de capitais, além de ser a forma mais acentuada da expansão do capitalismo com isso, Fontes afirma que as expropriações não são um processo de retorno a aspectos do passado, primitivos, mas sim parte do desenvolvimento do capital que é simultaneamente a tragédia social em um grau mais elevado. Esse movimento contraditório de

acordo com ela é a marca original do capitalismo, o avanço do capital “propulsa a socialização da existência em escala sempre ampliada, mas somente pode ocorrer impondo processos dolorosos de retrocesso social” (FONTES, 2010, p. 93.).

Por fim, é preciso destacar que as expropriações no pensamento de Virginia Fontes não são homogêneas, elas podem possuir aspectos similares pois atuam, por exemplo, em leis e direitos, elementos fundamentais para a vida como a terra e a água, mas ocorrem em contextos diversos, já que no pensamento da autora, as expropriações estão articuladas com as especificidades nacionais dos países, assim, ocorrem de maneira desigual e contribuem para aprofundar desigualdades, sobretudo no interior da classe trabalhadora:

Mesmo na atualidade, quando algumas dessas expropriações são quase idênticas, e poderão vir a ter consequências igualmente desastrosas para todos, em especial as que vêm incidindo sobre as condições biológicas da reprodução, ou sobre bens coletivos (como as águas), atuam sobre situações concretas muito variadas e podem resultar em segregações e conflitos internos entre trabalhadores. (FONTES, 2010, p.94.).

4.3. Interpretações de Chico de Oliveira e Lúcio Kowarick.

No ano de 1972, a obra *Crítica a razão dualística* de Chico de Oliveira é lançada, o texto propõe estabelecer uma crítica ao modelo cepalino de análise. As análises realizadas mediante o modelo cepalino, teve como principais pensadores de destaque Raul Prebisch e Celso Furtado e eram concentradas na formação histórica e econômica entre a periferia subdesenvolvimento e o centro desenvolvido. Além disso, o subdesenvolvimento era compreendido como produto de uma inserção atrelada em uma divisão internacional do trabalho. Para esse modelo, o fato de as economias serem vinculadas à demanda externa, faziam com que as nações subdesenvolvidas possuíssem dois setores distintos, “os modernos”, caracterizados pela exportação e os setores “atrasados” em geral os atribuídos as atividades de subsistência.

O eixo do pensamento cepalino funda-se no raciocínio dualista, ou seja, o dualismo entre centro e periferia, moderno e atrasado, desenvolvido e subdesenvolvido. A periferia atrasada e subdesenvolvida tinha uma estrutura econômica heterogênea com a falta ou debilidade dos setores dinâmicos, como a indústria. A agricultura para subsistência também era atrasada. Já o centro desenvolvido tinha uma estrutura homogênea com alta produtividade no setor moderno. (GENNARI, 2010, p.91).

A crítica estruturada por Chico de Oliveira, consiste que, ao destacar a dependência como principal fator do subdesenvolvimento, os teóricos do modelo cepalino se concentraram de maneira excessiva nos aspectos externos do problema, dessa forma, a análise do problema enquanto uma questão interna de embate entre classes é deixada de lado. Ademais, a divisão

entre setores “modernos” e “atrasados” para o autor é algo pouco explicativo para os problemas internos de oposição de classes.

No plano teórico, o conceito do subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor “atrasado” e um setor “moderno”, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão-somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”, se se quer manter a terminologia. (OLIVEIRA, 2003, p.22).

Ressalto que no pensamento de Chico de Oliveira não é uma questão de substituir um dos lados pelo outro, ou seja, não adianta deixar de analisar as relações externas entre os países para se concentrar especificamente nas relações internas entre as classes, como o autor destaca, há uma simbiose caracterizada por contradições. Oliveira analisa que no plano externo entre os países, as chamadas nações “subdesenvolvidas” foram utilizadas ao longo da história do capitalismo enquanto reserva de acumulação primitiva para as nações “desenvolvidos” sendo que é preciso a existência dos expropriados para a manutenção da forma social capitalista, até esse momento, sua análise segue o caminho da acumulação primitiva como usualmente é classificada, entretanto Oliveira traz algo de novo ao debate, esse traço de sua análise está em como o subdesenvolvimento é estudado por ele, em vez de analisar exclusivamente o subdesenvolvimento enquanto um período em que as economias pré-industriais poderiam atravessar para alcançar modelos industriais mais avançados, o autor compreende que o subdesenvolvimento é fruto do modo de produção capitalista e das formas espoliativas de desenvolvimento específicas do capital, há uma simbiose nesse processo e não deve ser definido enquanto algo dual. A partir disso, ele estrutura sua crítica ao caráter dualista do modelo cepalino.

A respeito da crítica de Oliveira, Gennari destaca que:

Este pensamento dualista foi o primeiro alvo da crítica empreendida por Chico de Oliveira. Este esquema centro versus periferia deixava de lado em primeiro lugar o cerne do processo, que está ligado às relações concretas entre as classes e frações de classes sociais interessadas no desenvolvimento. Além disso, o pensamento dicotômico se esquece que o centro e a periferia formam uma unidade contraditória sob a regência da acumulação ampliada do capital. (GENNARI, 2010 p. 91-92).

É possível compreender que a unidade contraditória destacada por Gennari, é a simbiose gerada por meio dos “moderno” e os dos “atrasados”.

Adiante, Gennari afirma que:

A metodologia cepalina histórico-estruturalista tem seus alcances, pois introduziu uma reflexão inovadora no pensamento econômico, mas também tem seus

limites, já que ao não ver o processo histórico como uma relação contraditória, de sujeitos e classes sociais reais no processo histórico, não pôde alcançar certos aspectos da particularidade latino-americana em relação ao processo de industrialização, setor este cuja ausência ou debilidade era considerado um elemento central do subdesenvolvimento. Neste aspecto, a interpretação de Oliveira vai além. (GENNARI, 2010, p.92).

Em *Crítica à razão dualista* (2003). Oliveira demonstra compreender que o processo de acumulação primitiva não foi um evento isolado do capitalismo, segundo o autor:

(...) A acumulação primitiva não se dá apenas na gênese do capitalismo: em certas condições específicas, principalmente quando esse capitalismo cresce por elaborações de periferias, a acumulação primitiva é estrutural e não apenas genérica. Assim tanto na abertura de fronteiras “externas” como “internas”, o processo é idêntico: o trabalhador rural ou o morador ocupa a terra, desmata, destoca e ocupa as lavouras temporárias chamadas de “subsistências”; nesse processo, ele prepara a terra para as lavouras permanentes ou para a formação de pastagens, que não são dele, mas do proprietário. Há, portanto, uma transferência de “trabalho morto”, acumulação para o valor das culturas ou atividades do proprietário, ao passo que a subtração de valor que se opera para o produtor direto reflete-se no preço dos produtos de sua lavoura. (OLIVEIRA, 2003, p.29).

Para Rizek, a crítica à razão dualista:

se construiu no interior de um embate teórico e político, flagrando sinais que, alinhavados, apontavam uma nova forma de explicação. Seus fundamentos em sólida fidelidade a Marx se assentavam num conjunto de considerações que articulavam acumulação e reprodução ampliada do capital em suas especificidades na periferia do capitalismo. A partir dessas especificidades, Mestre Chico apontava a fusão permanentemente reposta entre acumulação primitiva e acumulação capitalista, para um desenvolvimento desigual e combinado cujo horizonte punha em xeque – pelo lugar e pela compreensão das relações de trabalho e produção – todo um universo de soluções explicativas que se constituíam a partir da modernização, do subdesenvolvimento ou da dependência. No centro da explicação estavam a constituição histórica das relações de classe e de expropriação, as formas da dominação política e do Estado, na junção entre as dinâmicas da economia e da política, interpelando uma instância pela outra. (RIZEK, 2019, p.228).

A espoliação urbana, conceito estruturado por Lúcio Kowarick na década de 1970, explica os fatores das condições deploráveis das vidas dos trabalhadores industriais, a classe trabalhadora estava submetida a baixos salários, esse fato está diretamente vinculado ao processo de industrialização de São Paulo e do Brasil, como é destacado pelo autor. Tal processo e a baixa remuneração são aspectos substanciais para impossibilitar o acesso à moradia dessa população, assim, é evidente a contradição entre a propriedade privada enquanto saída para o problema habitacional. É importante salientar que a obra escrita por Kowarick, está situada em anos subsequentes do chamado “milagre econômico” do Brasil, período caracterizado pelo crescimento súbito dos níveis de produtividade no país ao mesmo tempo em que a média dos salários sofreu um decréscimo impactante, o que gerou a deterioração do

padrão de vida da classe trabalhadora e o aumento da pobreza. A respeito do problema habitacional, o autor destaca que:

[...] o chamado “problema” habitacional deve ser equacionado tendo em vista dois processos interligados. O primeiro refere-se às condições de exploração do trabalho propriamente ditas, ou mais precisamente às condições de pauperização absoluta ou relativa a que estão sujeitos os diversos segmentos da classe trabalhadora. O segundo processo, que decorre do anterior e que só pode ser plenamente entendido quando analisado em razão dos movimentos contraditórios da acumulação do capital, pode ser nomeado de espoliação urbana: é o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho. (KOWARICK, 1979, p.59).

Os estudos de Kowarick contribuem ao debate das formas de acumulação primitiva permanentes no Brasil demonstrando a magnitude das condições de reprodução da vida da classe trabalhadora da cidade de São Paulo enquanto parte do desenvolvimento urbano desigual ocorrida no Brasil, capitaneada pela industrialização desde meados da década de 1940. Tendo em vista o contexto de baixos salários, as condições de reprodução da vida da classe trabalhadora no município de São Paulo estavam submetidas a contradição entre o aumento da pobreza e o desenvolvimento industrial, dessa forma a precariedade em que a classe trabalhadora estava exposta, demonstra que a incapacidade de realizar sua própria reprodução está vinculada ao baixo nível salarial.

As contradições urbanas das sociedades capitalistas são o ponto de partida dos estudos de Kowarick, sobretudo os adventos subsequentes ao “milagre econômico” e o processo da industrialização desigual no Brasil. Ademais, a espoliação urbana é interpretada como fator substancial dentro de um processo de urbanização em que a produção de periferias cumpre um papel pertinente na acumulação do capital industrial. A cidade de São Paulo no período analisado, permitiu compreender o sentido da reprodução da força de trabalho dentro da modernização brasileira, mediante a grande importância econômica em nível nacional e pelo agrupamento da classe trabalhadora inserida nas tarefas industriais, o fenômeno da espoliação urbana está diretamente relacionada ao processo de industrialização, apesar das especificidades históricas do processo de industrialização de diferentes nações ocorridas ao longo do tempo, Kowarick afirma:

(...) tanto nas sociedades que mais se industrializaram como aquelas cuja dinâmica continua assentada no setor exportador, isto é, tanto nas que internalizaram de forma “dependente” um núcleo produtivo diversificado e relativamente avançado, como naquelas que continuam a se caracterizar enquanto um enclave econômico voltado para o mercado mundial, só uma míngua fatia da classe trabalhadora, assalariada ou autônoma, do setor secundário e terciário se distingue da imensa maioria quanto a uma condição de existência não marcada por drástica espoliação que a caracteriza enquanto morador urbano (KOWARICK, 1983, p.56-57).

Em razão das dificuldades impostas ao acesso à moradia, a autoconstrução de moradias se apresentou como alternativa para o trabalhador industrial de baixa renda. As moradias autoconstruídas pelos trabalhadores formou parte da periferia urbana, caracterizada pela distância considerável do centro da cidade, a possível alternativa de o trabalhador amenizar os problemas envolvidos ao alto custo da habitação acentuou outros obstáculos a classe trabalhadora, uma vez que estão submetidos a uma rotina de longos deslocamentos além da dificuldade ao acesso de serviços públicos essenciais para a reprodução da vida nas regiões periféricas.

(...) as classes trabalhadoras em proporções que variam em cada cidade, mas que são sempre significativas, solucionam seu problema de moradia - além do aluguel de habitações deterioradas e da construção de barracos em favelas - através da autoconstrução de suas residências. (KOWARICK, 1979, p.56).

A partir disso, a autoconstrução de moradias foi realizada pela massa da classe trabalhadora como uma possibilidade de amenizar o grande problema habitacional existente, a autoconstrução foi caracterizada pelo desenvolvimento individual de abrigos alternativos, dessa forma é possível afirmar que mediante a autoconstrução, surgiram novos territórios populares nas zonas periféricas da cidade de São Paulo, entretanto a origem desses territórios estão vinculadas diretamente as formas de acumulação primitivas permanentes, sobretudo os aspectos da exploração do trabalho, os baixos salários e a “inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivos” tais aspectos fazem parte de um complexo de fatores que caracterizam a espoliação urbana e de acordo com Kowarick impactam na reprodução da vida da população trabalhadora no país. Ademais, a exploração do trabalho vinculada a emergente industrialização e urbanização do Brasil, sobretudo de São Paulo na década de 1970, produziram uma massa expressiva da força de trabalho urbana que integrava o vasto exército industrial de reserva brasileiro.

O conceito de espoliação urbana continua atual e expressa especificidades do meio urbano no Brasil, o ponto central para a discussão é o fato dessas especificidades estarem vinculadas a formas de acumulação primitiva permanente, entretanto também é preciso reconhecer os processos posteriores a década de 1970, quando a expansão industrial no Brasil cessa e não causa mais impactos significativos no processo de urbanização. A partir disso, o avanço de formas contemporâneas de espoliação, por exemplo, a imobiliária e a financeira destacadas por Pereira (2016).

(...) o espaço urbano tem sido instrumentalizado pela reprodução do capital, particularmente, por meio de processos espoliativos onde se destacam a espoliação imobiliária e financeira que se exacerbam como manifestação das contradições e

conflitos contemporâneos. E no bojo desta discussão emerge a compreensão de que o espaço da cidade instrumentalizado mundialmente pelo capital é um fenômeno global. (PEREIRA, 2016, p.8)

Ao tratar a respeito da espoliação imobiliária e financeira, Pereira expõe que além da exploração do trabalho, grande parcela da classe trabalhadora urbana não consegue acesso à moradia adequada em razão do crescente aumento do valor imobiliário, essa valorização dos imóveis é o motivo da crise urbana e dos problemas habitacionais. O autor destaca que a reprodução do capital imobiliário é caracterizada por dois momentos distintos.

(...) um, de formação da urbanização capitalista em que a estratégia de exploração do trabalho de construir esteve combinada a processos espoliativos, fundada na propriedade que formavam (elevados) preços de monopólio e particularizou a reprodução do capital por proporcionar renda. E o atual, em que na urbanização contemporânea os diferentes processos de espoliação exacerbam a capitalização da renda da terra (espoliação urbana) e exorbitam os preços dos imóveis (espoliação imobiliária), que só se realizam porque a imposição do financiamento cria as condições para sua realização (espoliação financeira). (PEREIRA, 2016, p.127).

O primeiro momento, a reprodução do capital no setor imobiliário não se distingue de outros movimentos do capital nos demais setores industriais, está submetida a relação substancial entre capital e a exploração do trabalho como qualquer outro âmbito da indústria capitalista e as mesmas condições de reprodução do capital monetário investido, entretanto é necessário ressaltar que podem existir particularidades nos processos de valorização e da distribuição da mais-valia de acordo com Pereira. Ademais, outro aspecto destacado pelo autor nesse momento é a propriedade da terra enquanto riqueza social que:

(...) pode às vezes funcionar como um ativo, imobiliário ou financeiro, gerando potencialidade à valorização e ao capital. Embora historicamente a propriedade, como reserva de valor, tenha sido mais observada funcionando como um obstáculo à acumulação e à continuidade dos negócios imobiliários e da construção é importante frisar que não atua apenas dessa maneira. O sentido de sua atuação pode variar dependendo das composições que o capital e a propriedade da terra estabelecem, por exemplo, o valor do produto é gerado pelo “excesso” de trabalho na construção e esse excedente, além do normal, pode ser captado por outros setores; ou, quando o valor “excedente” dos imóveis é captado de outros setores e demarcado a partir do preço de monopólio que atinge. (PEREIRA, 2016, p.129).

Com base no trecho acima, a propriedade da terra pode atuar tanto como um empecilho quanto um facilitador no setor imobiliário, para perceber distinções desses momentos, é preciso de acordo com o autor considerar no processo de valorização de valor o instante em que a capitalização de renda é relevante, visto que é por meio dela que giram os negócios no âmbito imobiliário, ou seja, pode tanto potencializar ou até mesmo cessar mediante a capitalização de renda. Ademais é importante destacar que os preços determinados pela reprodução do capital imobiliário estão vinculados ao processo de valorização e capitalização, Pereira demonstra

através da determinação dos preços que as formas de espoliações são substanciais para a reprodução do capital imobiliário, agem enquanto uma forma de expropriação permanente:

(...) na reprodução do capital aplicado na construção (imobiliária e da) cidade seus preços combinam valorização/capitalização: valorização do valor e capitalização da renda. Ou seja, uma composição de ganhos gerados tanto pela exploração do trabalho como pela elevação do preço gerada por processos espoliativos. Sendo preciso compreender esses processos no feixe da transformação (dialética) entre valor e preço. De um lado, o da exploração, aquele em que o valor inicial é acrescido e transformado pelo trabalho em valor (maior) de um produto novo; e, de outro, aquele em que o preço final de venda aumenta o valor do produto, pelo desejo e capacidade de pagar do comprador. (PEREIRA, 2016, p.130.).

Pereira salienta que o processo de transformação de valor em preço na reprodução do capital no setor imobiliário é caracterizado por incorporar diferentes processos de reprodução, que apesar de serem distintos se apresentam como independentes, tais processos são:

- O processo de exploração do trabalho por meio da produção imediata da construção, com a realização de trabalho (material ou não) diretamente incorporado ao valor do produto criado;
- A elevação do preço final do produto criado. Note que não estamos falando de um movimento eventual do preço, mas de uma determinação dos preços a partir das condições gerais de produção. Essa movimentação de preços associa-se a mudanças tanto na estruturação do espaço como na relação entre mercadorias como reserva de valor; ou seja, como um ativo financeiro. (PEREIRA, 2016, p.130.).

A partir disso, a análise de Pereira propõe expor que a exploração do trabalho no setor imobiliário em conjunto com a elevação do preço final do produto, compõe um grande complexo de exploração do trabalho com processos espoliativos:

(...) Essa dupla condição de valorização do produto imobiliário permite que o empresário da construção possa optar por não desenvolver a industrialização no setor imobiliário, mas se dedicar a formas espoliativas de aumentar os ganhos com a propriedade imobiliária, sendo decisivo para isso o “predomínio do preço de monopólio [que] privilegia as razões políticas no mercado imobiliário e atenua a racionalidade econômica de aumentar a produtividade material da produção com a preocupação em economizar trabalho.” Esse afrouxamento da tendência de desenvolvimento do capital reduz sua preocupação em manter o controle do processo industrial, mas não o domínio da valorização. Por isso o agente capitalista, associando-se ao Estado, busca o controle político do processo de capitalização da renda preocupando-se mais com formação de preços do que com criação da mais-valia por processo industrial. (PEREIRA, 2016, p.131).

Ademais, outro ponto destacado brevemente pelo autor é a proposta de que a determinação dos preços está atrelada a uma forma de fetichismo, já que certas especificidades históricas na construção das cidades foram ocultadas pelo processo de reprodução do capital, segundo o autor:

A formação do preço de monopólio do produto imobiliário trata-se de um enigma da reprodução do capital que, pela incompreensão de particularidades na construção (imobiliária e) da cidade, tem sido obscurecido. Talvez esse obscurecimento, histórico e setorial, se deva, também, à ênfase na explicação por elementos externos ao imobiliário, frequentemente circunstanciais, que não dão conta dos mecanismos da reprodução setorial e impedem a compreensão histórica dos

movimentos internos do capital. Isso aconteceu tanto na polêmica do chamado “atraso” da industrialização da construção, como parece acontecer, hoje, com os “avanços” da chamada indústria imobiliária. (PEREIRA, 2016, p.134).

O segundo momento destacado pelo autor, definido como urbanização contemporânea é caracterizado pela maneira em que o espaço urbano é operado pelo movimento da reprodução do capital global e especificamente o imobiliário, esse âmbito do capital proporciona preços elevados em relação ao valor, esse fato espõe uma grande contradição do capitalismo, visto que aumenta o número de imóveis construídos e vazios e a massa de pessoas sem moradias. Ademais, no momento analisado, outro fato também é crucial para a caracterização do meio urbano, a aproximação entre o capital financeiro e o imobiliário, tal aproximação possibilitou a formação de políticas habitacionais para a classe trabalhadora, entretanto esses programas são sustentados pelas muletas do capital. A respeito dessas políticas, Pereira ressalta que:

(...) ocorreu em diferentes países, podendo-se ressaltar o México, e mais recentemente o que vem ocorrendo no Brasil, com o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), do governo federal brasileiro. Numa síntese, pode-se dizer que essa mudança se baseia na financeirização da provisão habitacional, inclusive de caráter popular. Essa equação financeira para o problema habitacional acompanha os moldes neoliberais do Banco Mundial, que foi experimentada, inicialmente, no Chile e chegou a se tornar, mais recentemente, modelo nos Estados Unidos. (PEREIRA, 2016, p.132).

O caso contemporâneo se diferencia dos períodos anteriores em razão do grande aumento da construção de imóveis sob o capital e a atuação dos bancos enquanto representantes do capital financeiro ao redor do mundo. As raízes do problema habitacional, ou seja, o complexo formado pelo capital imobiliário e financeiro em conjunto com o estado burguês são maquiados por políticas habitacionais superficiais. A situação exposta por Pereira evidencia a incapacidade histórica da burguesia de garantir a reprodução digna da vida em sociedade, visto que a forma social capitalista não tem enquanto objetivo solucionar as questões habitacionais e outros problemas sociais e sim reproduzir e ampliar cada vez mais o capital.

(...) quando a financeirização se tornou predominante na produção do espaço acelerou a dissolução do urbano e a situação dos trabalhadores se agravou. Mas também a financeirização globalizou e reestruturou as cidades, dando nova vida à produção e aos negócios imobiliários. (...) o atual flagelo da aglomeração urbana se apresenta global, polvilhando crises com diferentes níveis e dimensões, que vão deixando de ser essencialmente da produção ou do consumo industrial para, desde meados do século passado, assumir características urbana, financeira e imobiliária. (PEREIRA, 2016, p.135).

Perante esse cenário é inquestionável a urgência de lutas por moradias dignas, visto que essas formas de lutas são essenciais para a manutenção da vida do ser humano, a moradia é uma necessidade básica para a reprodução vital, além disso lutar por moradias é uma maneira de se confrontar as desigualdades socioespaciais e buscar condições dignas de vida para as parcelas

mais exploradas da classe trabalhadora. As formas de lutas como as ocupações e a sistematização de grupos de base com o fim de formação política e a busca da compreensão da classe trabalhadora enquanto sujeitos de direito existem simultaneamente com a valorização imobiliária que reproduz as condições degradantes de moradia, gera obstáculos para o acesso ao imóvel mediante o poder público por parte da população trabalhadora e fomenta a precariedade habitacional em todo o país.

Segundo o autor a alternativa encontrada pelo Estado de incentivar um financiamento para adquirir uma propriedade privada demonstra os limites estruturais do capitalismo, sobretudo os aspectos vinculados a sua reprodução, uma vez que as estruturas que sustentam as raízes do problema habitacional não são combatidas. A relação entre o Estado e o mercado garante os interesses privados em detrimento das necessidades sociais, além disso essa relação é predominante na correlação de forças e direciona a política urbana à precariedade.

Práticas e movimentos que quebram relações com o modelo instituído possuem sua importância, mesmo sendo casos em que não constituem transformações estruturais, visto que podem apontar possíveis caminhos e novas alternativas de organização que associem a luta pela moradia enquanto uma luta social mais ampla. Outro aspecto importante que precisa ser destacado é compreender as ocupações enquanto consequência da espoliação urbana e imobiliária, como alternativa encontrada mediante lutas sociais, que busca proporcionar para as camadas mais baixas da sociedade um espaço adequado para a reprodução da vida dentro da cidade.

Apesar da imensa importância das lutas populares por habitação, é evidente a contradição que existe entre movimentos que não buscam abalar as estruturas sociais, visto que estão dentro das perspectivas do direito burguês, uma vez que são direcionados por meio de partidos políticos que não possuem o objetivo de romper as raízes das estruturas capitalistas, o caráter de propriedade individual e privada está vinculado diretamente a grande parte desses movimentos, visto que o objetivo das organizações sem teto gira em torno do desejo a moradia dentro das caracterizações do sistema capitalista, esses grupos na maior parte dos casos, demandam habitações enquanto imóveis financiados, ainda é pequeno o impacto de grupos que debatem e busquem a moradia enquanto bem comum e coletivo ou até mesmo que pressionem o poder público por alternativas diversificadas de habitação. Entretanto vale a pena ressaltar, que a radicalização de movimentos sem-teto contribui para sua criminalização, ou seja, lutar por habitação pública, coletiva, comum é algo que entra em conflito direto com as estruturas do capital, obvio que mesmo lutas que ocasionam na ascensão de uma pequena parte da classe trabalhadora como pequenos proprietários sofre resistência capitalista.

Durante os anos da década de 1970, Kowarick demonstrou que o salário do trabalhador industrial era o grande obstáculo para o acesso à moradia e à reprodução da vida dessa parcela da população, com base em seu estudo e as análises de Pereira (2016), fica evidente que tal processo não apenas permaneceu, mas acima de tudo, foi acentuado ao longo das décadas. O crescimento da produção e valorização do setor imobiliário, destacado por Pereira, são essenciais para esse agravamento, a compreensão da espoliação imobiliária é uma forma acentuada das desigualdades socioespaciais reproduzidas na sociedade urbana capitalista. Dentro da forma social capitalista, a parte da população que não possui acesso digno a moradia, não são desejados na cidade sob domínio do setor imobiliário, sendo assim, essa massa despossuída de habitação são tirados desse meio urbano, forçados a morar em localizações periféricas e precárias como favelas e cortiços. É importante destacar que as ocupações não surgem apenas enquanto forma de resistência, mas também como meio para abrigar muitas pessoas que não conseguem custear aluguel de moradias adequadas, o caráter das necessidades sociais no capitalismo brasileiro, está subjugado aos interesses privados do capital, sobretudo, o capital imobiliário.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais adiante, retomam os principais eixos trabalhados ao longo deste estudo, enfatizando aspectos centrais da *assim chamada acumulação primitiva* enquanto processo histórico substancial para a compreensão do capitalismo e das formas contemporâneas de expropriação. Desde o primeiro instante, o trabalho compreende a *assim chamada acumulação primitiva*, formulada por Marx, enquanto gênese do modo de produção capitalista, ademais procurei discutir que ao mesmo tempo, esse conceito é substancial para pensar nas formas de expropriações que se prolongam histórica e mundialmente, em razão da lógica dissociativa existir e se expandir em formas contemporâneas de expropriação. A partir da leitura do capítulo XXIV de *O Capital* e de outros textos marxianos foi possível discutir a gênese do capital não como um episódio histórico isolado, mas um processo de dissociação violenta entre produtores e meios de produção, articulado a transformações profundas na estrutura agrária europeia, em especial na Inglaterra. Ao percorrer esse caminho, procurei salientar que a acumulação primitiva, longe de significar apenas um “ponto de partida”, está vinculada a lógica interna do capital que constantemente precisa recriar mecanismos de expropriação para assegurar sua própria existência e expansão.

No desenvolvimento da pesquisa, o primeiro esforço teórico consistiu em retomar a crítica de Marx aos economistas políticos clássicos e à ideia de uma “acumulação prévia” construída como narrativa idílica. Em vez de um processo pacífico caracterizado pela virtude de uma parcela laboriosa da população, tese defendida por Adam Smith, o que aparece nos escritos de Marx é a centralidade da conquista, do roubo de terras, da destruição de formas comunitárias e da imposição de novas relações jurídicas que separam trabalhadores de suas condições de vida. Ao citar os exemplos dos cercamentos, da transformação da propriedade fundiária, das leis contra a vagabundagem, das reformas religiosas e das medidas de Estado, a pesquisa buscou ressaltar como a passagem do feudalismo ao capitalismo envolve uma combinação de coerção direta, mudanças legais e reconfiguração da posse da terra. Assim, a gênese do capital foi apresentada como um processo marcado por conflitos, violência, expropriações e imposição de uma nova vida social cuja compreensão é indispensável para analisar o presente.

Em seguida, o texto buscou aproximar o debate sobre a formação do capitalismo clássico e outras trajetórias históricas do avanço capitalista, destacando particularmente o caso russo a partir de Lenin. Nas discussões sobre a Rússia, procurei colocar em primeiro plano a contribuição de Lenin para pensar o desenvolvimento capitalista em formações tardias, tomando a questão agrária como eixo central. A partir de seus estudos sobre o desmonte das

formas tradicionais de comunidade rural e sobre o surgimento de um mercado interno baseado na diferenciação do campesinato, foi possível indicar que, na leitura leninista, a penetração de aspectos capitalistas no campo russo não reproduz o desenvolvimento clássico, visto que o avanço do capital na segunda parte do século XIX, antes do processo revolucionário russo, foi caracterizado pelas especificidades da Rússia como a dissolução do campesinato, a separação em três segmentos da população rural e a relação dialética entre a decadência do império tsarista e os aspectos capitalistas.

Mediante o conceito de acumulação por espoliação de David Harvey a pesquisa procurou apresentar e discutir sobre formas de expropriação durante a segunda metade o século XX, no pensamento de Harvey, a acumulação por espoliação é caracterizada por privatizações em larga escala, financeirização crescente e mercantilização de setores antes protegidos socialmente Harvey destaca que o capital precisa constantemente abrir novas frentes para o saque e a apropriação de ativos públicos e privados. O autor destaca que infraestruturas, recursos naturais e bens comuns são apropriados para garantir a reprodução e expansão do capital. O diálogo com Rosa Luxemburgo reforça a ideia de que o capital atua por meio da incorporação e destruição contínua de espaços e formas sociais não capitalistas. Por sua vez, Virgínia Fontes propõe a categoria de capital-imperialismo, em sua proposta, Fontes busca captar as complexas relações entre a concentração extrema de capital, a internacionalização das corporações, a reconfiguração estratégica do Estado e a intensificação de formas de expropriação que afetam, de modo profundo, trabalhadores e populações subalternas em diversos países, incluindo o Brasil. Fontes destaca a importância das classes dominantes internas, dos blocos de poder locais e regionais, e das estratégias específicas de controle no avanço das expropriações, para a autora, a dinâmica do capital em escala global se articulam com as particularidades nacionais em contextos de capitalismo dependente e imperialismo. Assim, o trabalho propôs evidenciar tanto o âmbito mundial dos processos de acumulação e expropriação quanto suas manifestações específicas nas formações sociais periféricas.

Ao trazer para o debate autores como Chico de Oliveira e Lúcio Kowarick, o trabalho buscou aproximar a discussão da acumulação primitiva e das expropriações permanentes da experiência brasileira. A crítica da razão dualista e a concepção de “ornitorrinco” permitem refletir sobre a formação social brasileira sem recorrer a oposições simples entre “moderno” e “atrasado”, mostrando como o desenvolvimento capitalista no Brasil também está vinculado a combinação de especificidade nacionais e de produção de desigualdades. Kowarick, por sua vez, ao analisar a espoliação urbana em São Paulo, oferece um exemplo concreto de como a lógica das expropriações contemporâneas se manifestaram na cidade de SP durante a década de

70 do século XX, Kowarick demonstra em sua obra as remoções, precariedade habitacional, informalidade e políticas que transformam o espaço urbano em meio privilegiado de valorização do capital. Dessa maneira, a pesquisa procurou indicar que as expropriações contemporâneas no Brasil não são fenômenos isolados, mas expressão de um mesmo processo mais amplo, vinculado à reprodução do capital em sua fase atual.

A partir desse percurso, o resultado central da pesquisa pode ser formulado da seguinte maneira: a acumulação primitiva, tal como retomada por Marx, inaugurou a discussão a respeito da gênese do capital e a necessidade de continuas expropriações para a reprodução da sociedade capitalista, posteriormente diversos autores marxistas trataram sobre formas de expropriações, dentre eles os citados nesse trabalho sendo assim, a acumulação primitiva deve ser entendida menos como um “momento passado” e mais como gênese do capital e ao mesmo tempo, enquanto advento que inaugurou um processo permanente e complexo que acompanha a história do capitalismo, ou seja, a acumulação primitiva aparece como fundamento histórico da gênese do capital e ao decorrer do tempo sua lógica dissociativa é reativada não em sua forma original, mas em formas contemporâneas pela necessidade de reprodução e existência do capital.

6. REFERÊNCIAS

ANDERSON, KEVIN. B. Marx nas margens: nacionalismo, etnias e sociedades não ocidentais. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2019.

CHASIN, J. As vias prussiana e colonial de objetivação do capitalismo e suas expressões teóricas conservadoras: o fascismo e o integralismo. Rio De Janeiro: Verinotio - Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas. Ano XIV. v. 25. n. 2. P. 131-165 nov./2019. ISSN 1981-061X

COUTINHO, Carlos Nelson. Realismo e anti-realismo na literatura brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

DEMIER, Felipe Abranches. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky e a revolução russa. In: Jorge Fontes, António Paço, João Louçã e Miguel Pérez. (Org.). Entre outubro e abril: estudos sobre trabalho, revoluções e movimentos sociais no século XX. 1ed.: 2017, v. 1, p. 115-142.

ESPOLIAÇÃO, dos recursos públicos e os dilemas do financiamento da saúde. Espírito Santo: 10º Encontro Internacional de Política Social 17º Encontro Nacional de Política Social, Democracia, Participação Popular e Novas Resistências, Vitória (ES, Brasil), 27 a 29 de agosto de 2024.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. Rio De Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

GENNARI, Adilson marques. Introdução ao pensamento de Francisco de Oliveira: um avis rara na dialética brasileira. Marília: Revista Fim do Mundo, nº 1, p. 86-103, jan/abr 2020.

HARVEY, David. O novo imperialismo. 2º edição. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

KOWARICK, Lúcio. A espoliação Urbana. Rio De Janeiro: Paz E Terra, 1979.

_____. Lutas urbanas e movimentos populares: alguns pontos para reflexão. In: Espaço e Debates, nº8, 1983, p.55-63.

LENIN, V, I. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo: Boitempo, 2024.

_____. O programa agrário da social-democracia na primeira revolução russa de 1905-1907. São Paulo: Livraria editora ciências humanas, 1980.

LOUREIRO, Isabel. A menos eurocêntrica de todos. In: Rosa Luxemburgo ou o preço da liberdade. Jörn Schütrumpf (org.); tradução: Isabel Loureiro, Karin Glass, Kristina Michahelles e Monika Ottermann: 2ª edição ampliada - São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.

LOWY, Michel. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Actuel Marx, 18, p. 73-80, 1995. Tradução: Henrique Carneiro.

LUXEMBURGO, Rosa. A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo; Anticrítica. São Paulo: Nova Cultural, 1984. 2 v. (Os economistas).

_____. A acumulação do capital. 1ªed. Rio De Janeiro: Civilização brasileira, 2021.

MANFRED, A. Z. História do mundo: volume II o período moderno. Lisboa: Edições Sociais, 1981.

MARX, Karl. A capital crítica da economia política: livro I o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. Teorias da. mais-valia: história crítica do pensamento econômico: livro 4 de O capital. São Paulo: Difel, 1985.

_____. Grundrisse. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____; ENGELS, F. Lutas de classe na Rússia. Michel Lowy (ORG). São Paulo: Boitempo, 2013.

MASSUIA, Rafael Da Rocha. Carlos Nelson Coutinho e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Santa Catarina: Em Tese, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 30-45, jul./dez., 2019. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 1806-5023. DOI: <https://doi.org/10.5007/1806-5023.2019v16n2p30> .

MAURICE, Dobb. A evolução do capitalismo. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MIGUEL, Renata Nóbrega. Dinâmica capitalista, contrarreforma do estado e expropriações contemporâneas no Brasil. 2018 (tese doutorado em serviço social) - Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

OLIVEIRA, C. A. B. Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

OLIVEIRA, Francisco. Crítica a razão dualista: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

PEREIRA, P. C. X. A reprodução do capital no setor imobiliário e a urbanização contemporânea: o que fica e o que muda. In: PEREIRA, P. C. X. (org.). Reconfiguração das cidades contemporâneas: contradições e conflitos. São Paulo: FAUUSP, p. 125-138.

RIZEK, C. S. Pensar a cidade é pensar o país. Francisco de Oliveira: um biógrafo não autorizado do Brasil. Geousp – Espaço e Tempo (Online), v. 23, n. 2, p. 226-241, ago. 2019. ISSN 2179-0892. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/161108>. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2019.161108>.

ROSDOSKY, R. Gênese e estrutura de o capital de Karl Marx. Rio De Janeiro: eduerj: Contraponto, 2001.

SWEEZY.P et al, A transição do feudalismo para o capitalismo. Rio De Janeiro: Paz E Terra, 1977.

SILVA, Lígia Osório. Lenin: a questão agrária na Rússia. Critica Marxista (São Paulo), v. 31, p. 65-95, 2012.

SMITH, Adam. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

TROTSKY, Leon. A teoria da revolução permanente: balanços e perspectivas, a revolução permanente. São Paulo: Editora instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2010.